

INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA

PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*:
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR

PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO



REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA
1909-2014

CÂMPUS CAÇADOR
ABRIL DE 2015



PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*: ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PPC - PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

DIRETOR GERAL DO CÂMPUS CAÇADOR

Prof. Eduardo Nascimento Pires, Me.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

Prof. Pierry Teza, Me.

REDATORES DO PPC

Profa. Danielle Regina Ullrich, Dra.

Profa. Luana de Gusmão Silveira, Me.

Profa. Marisa Santos Sanson, Me.

Prof. Pierry Teza, Me.

Prof. Thiago Waltrik, Me.

CÂMPUS CAÇADOR

ABRIL DE 2015

SUMÁRIO

SUMÁRIO	3
1 DADOS GERAIS DO CURSO	5
1.1 DADOS DO CÂMPUS PROPONENTE	5
1.2 DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO DO CURSO	5
1.3 DADOS GERAIS DO CURSO	5
1.3.1 Vagas, periodicidade de oferta e turno de funcionamento	6
1.3.2 Carga horária.....	6
1.3.3 Duração do curso	6
1.3.4 Requisitos para inscrição e matrícula.....	7
1.3.5 Dados para preenchimento do diploma.....	7
1.4 ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES.....	7
1.5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	8
1.6 PARCERIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO	9
2 JUSTIFICATIVA	10
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CAÇADOR	10
2.2 LOCALIZAÇÃO.....	11
2.3 REGIÃO DE ENTORNO DO MUNICÍPIO-SEDE	12
2.4 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	13
2.5 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	14
2.5.1 População	15
2.5.2 Faixa etária.....	15
2.5.3 Gênero	17
2.5.4 Deslocamento	18
2.5.5 Raça	19
2.5.6 IDHM.....	21
2.6 ASPECTOS EDUCACIONAIS	24
2.6.1 Instrução dos economicamente ativos	25
2.6.2 Instrução dos não economicamente ativos	26
2.6.3 Número de matrículas	28
2.6.4 Defasagem Idade-Série.....	29
2.6.5 Oferta de cursos de especialização na área pretendida	31
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA JUSTIFICATIVA	31



3 PERFIL DO CURSO.....	34
3.1 OBJETIVOS DO CURSO.....	34
3.1.1 Objetivo geral.....	34
3.1.2 Objetivos específicos.....	34
4 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO.....	36
4.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	36
4.2 COMPETÊNCIAS	36
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	38
5.1 CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS.....	38
5.2 FLUXOGRAMA DO CURSO	39
5.3 ESTRUTURAÇÃO SINTÉTICA DO CURSO	39
5.4 CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS	40
5.5 ESTRUTURAÇÃO SEMESTRAL DO CURSO.....	40
6 APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES.....	42
6.1 MÓDULO I	42
6.2 MÓDULO II.....	46
6.3 MÓDULO III.....	50
7 ASPECTOS OPERACIONAIS DO CURSO	54
7.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	54
7.2 FORMAS DE ACESSO AO CURSO	54
7.3 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	55
7.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM	55
7.5 TRABALHO DE CURSO.....	57
7.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	58
7.7 DESLIGAMENTO DO CURSO.....	59
7.8 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	60
7.9 METODOLOGIA.....	60
7.10 ATENDIMENTO AO DISCENTE	62
7.11 PROCESSOS ACADÊMICOS	63
7.12 INCENTIVO À PESQUISA E EXTENSÃO	64
8 ESTRUTURA ACADÊMICA	65
8.1 COORDENADOR DO CURSO.....	65
8.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	67



8.3 GRUPOS DE PESQUISA	67
8.4 SERVIDORES DOCENTES.....	68
8.5 SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	69
9 INFRAESTRUTURA.....	70
9.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS	70
9.2 INSTALAÇÕES GERAIS	70
9.3 SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES.....	71
9.4 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES	71
9.5 SALAS DE AULA	71
9.6 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	72
9.7 BIBLIOTECA	72
9.8 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	72
9.9 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	73
10 REFERÊNCIAS	74
ANEXO I - MODELO DO DIPLOMA: ANVERSO	78
ANEXO II - MODELO DE DIPLOMA: VERSO	74

1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 DADOS DO CÂMPUS PROPONENTE

CNPJ	11.402.887/0018-09
Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus Caçador
Esfera Administrativa	Federal
Endereço	Av. Fahdo Thomé, 3000 - Champagnat
Cidade/UF/CEP	Caçador / SC / 89500-000
Telefone	(49)3561-5700
E-mail de contato	eduardo.pires@ifsc.edu.br
site	cacador.ifsc.edu.br

1.2 DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO DO CURSO

Responsável pelo projeto	Pierry Teza
Contato:	(49) 3561-5700 – pierry.teza@ifsc.edu.br
Responsáveis pelo curso	Eduardo Nascimento Pires. Diretor Geral do Câmpus Caçador. Pierry Teza. Chefe do DEPE do Câmpus Caçador.

1.3 DADOS GERAIS DO CURSO

Esta seção apresenta os principais dados relacionados ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Gestão Escolar, em consonância com o Regulamento Didático Pedagógico (RDP), aprovado pela Resolução CEPE 41/2014.

Eixo Tecnológico	Educação
Nome do Curso	Especialização em Gestão Escolar
Modalidade	Presencial
Carga Horária	360 horas
Carga Horária do Estágio	Não obrigatório
Qualificações Intermediárias	Sim, o estudante receberá, ao final do I e II módulo concluído, certificação intermediária, na modalidade de aperfeiçoamento.
Habilitação	Especialista em Gestão Escolar

1.3.1 Vagas, periodicidade de oferta e turno de funcionamento

Turnos de Funcionamento	Vagas por turma	Periodicidade de oferta
Vespertino	40	Anual

1.3.2 Carga horária

Carga horária total do curso	Prazo para integralização da carga horária	
	Limite Mínimo	Limite Máximo
360 horas	18 meses	18 meses

O curso de especialização em Gestão Escolar terá uma carga horária total de 360h, distribuídas em 3 (três) módulos e elaboração de Projeto de Intervenção, com foco nas questões de gestão do ambiente educacional. O tempo de duração total do curso é de 18 (dezoito) meses, sendo 12 (doze) meses de integralização dos módulos I, II e III e 6 (seis) meses para o planejamento, elaboração e execução do Projeto de Intervenção.

1.3.3 Duração do curso

O Curso de Pós-graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Gestão Escolar terá duração de (18) dezoito meses e prevê o ingresso de 40 (quarenta) estudantes. Todos os

módulos definidos no Projeto do Curso são obrigatórios e não há oferta de módulos complementares. A programação dos estudos e o percurso formativo serão estabelecidos por meio da oferta de módulos, organizados em Unidades Curriculares com carga horária de 30 horas cada.

1.3.4 Requisitos para inscrição e matrícula

As vagas são destinadas aos profissionais (docente ou técnico) em exercício em instituições de ensino pública e/ou privada. O candidato deve ser portador de diploma de curso de graduação (bacharelado, licenciatura ou superior de tecnologia).

1.3.5 Dados para preenchimento do diploma

Anverso do diploma: Ver Anexo I.

Verso do diploma: Ver Anexo II.

1.4 ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES

O IFSC, criado por intermédio da Lei no 11.892/2008 (BRASIL, 2008), é uma instituição pública federal, vinculada ao MEC por meio da SETEC. Seu perfil de instituição é de educação básica, profissional e tecnológica e de nível superior. Organiza-se mediante uma estrutura multicampi, com sede e foro na cidade de Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Silva et al. (2009), comentando a Lei no 11.892/2008, esclarecem que o “foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias”, compreendendo essas institucionalidades como responsáveis por atender, “de forma ágil e eficaz, as demandas crescentes por formação profissional, por difusão de

conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais”.

Quanto ao credenciamento do IFSC no e-MEC, o parágrafo 3o da Lei no 11.892/2008 já definia que os IFs têm “autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos à distância, a legislação específica”.

1.5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Curso de Especialização em Gestão Escolar ampara-se na Resolução no 1, de 8 de junho de 2007 (BRASIL, 2007), da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, a qual estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação Lato Sensu, em nível de especialização.

Dentre as disposições contidas na Resolução no 1/2007, faz-se referência ao caput do artigo 1º que define que os cursos de especialização “oferecidos por instituições de nível superior independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento”.

Para compreender-se a concepção do projeto, cita-se o caput do artigo 5, dessa Resolução, que define uma carga horária de 360 horas para duração de cursos de especialização, “nestas não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

É oportuno, ainda, citar a Portaria Ministerial no 4.059/2004, do Ministério da Educação (BRASIL, 2004), que autoriza as Instituições de Ensino Superior (IES) a introduzirem na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos a possibilidade de ofertarem disciplinas, parcial ou integralmente, na modalidade semipresencial, limitando essa oferta a 20% do total da carga horária do curso, exigindo, contudo, avaliação presencial.

1.6 PARCERIA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

Uma vez que o itinerário formativo do Câmpus Caçador não abrange cursos e disciplinas da área da Pedagogia, uma das áreas de composição da matriz apresentada no presente PPC, juntamente com Administração e Informática, firmou-se uma parceria para as disciplinas dessa área. A parceria foi firmada com a Secretaria Municipal de Educação de Caçador (SEMEC), de forma que essa forneça o corpo docente para as seguintes disciplinas, mais voltadas à área da Pedagogia, são elas:

Unidade Curricular	C/H Semestral
Gestão do Projeto Pedagógico	30
Legislação Educacional e Políticas Públicas	30
Função Social da Escola	30

O interesse da SEMEC, no curso de especialização em Gestão Escolar, é oriundo da necessidade identificada pela instituição no que se refere à qualificação de profissionais que atuam nas escolas municipais, mais especificamente, no âmbito da gestão escolar.

2 JUSTIFICATIVA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE CAÇADOR

A região de Caçador, inicialmente, era habitada por índios das etnias Kaingang e Xokleng. Em 1881, Francisco Corrêa de Melo, oriundo de Campos Novos, se estabeleceu às margens do rio Caçador. Sendo seguido, seis anos depois, por Pedro Ribeiro e, em 1891, por Tomaz Gonçalves Padilha (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, cujos trilhos alcançaram Caçador em 1910, a colonização tornou-se mais intensa e o povoado passou a chamar-se "Rio Caçador", devido a abundância de caça nas margens do rio. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes de origem italiana, vindos, sobretudo, da zona colonial do Rio Grande do Sul (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

De 1914 a 1917, o território esteve conflagrado com a campanha do Contestado. A luta destruiu o que havia de organizado na região, sendo incendiados numerosos núcleos de povoamento (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Em 1917, com o acordo de limite entre o Paraná e Santa Catarina, abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades normais da população. Em 1918, foi instalada a primeira agência postal, onde já existia um posto de rendas estaduais (CAÇADOR, 2014; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

A abertura da estrada de Rodagem Caçador-Curitiba, em 1933, veio dar grande impulso à região, com a chegada de imigrante e a instalação de serrarias, em meio às densas matas de Pinheiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014)

Em 25 de março de 1934, Caçador tornou-se um município independente, emancipando-se política e administrativamente (CAÇADOR, 2014).

Os imigrantes e desbravadores que chegaram a cidade se depararam com a exuberância da floresta nativa de araucária. Na década de 40, Caçador já conquistava a fama

de capital da madeira, como município maior produtor de pinho serrado do Brasil. Atualmente, Caçador destaca-se pelas atividades de agropecuária, indústria, do comércio e dos serviços. Caçador detém o título de capital industrial do meio-oeste catarinense e é o maior produtor de tomates por hectare do Brasil (CAÇADOR, 2014).

2.2 LOCALIZAÇÃO

O município de Caçador, pertencente ao estado de Santa Catarina, está localizado na região meio-oeste catarinense, no Alto Vale do Rio do Peixe, a uma distância aproximada de 400 km de Florianópolis, capital do Estado. Possui uma área de 1.009,8 km², altitude média de 920 metros acima do nível do mar, temperatura média anual de 16,6°C, e precipitação total entre 1.600 e 1.800 mm/ano.

Figura 1 – Localização do Município de Caçador em Santa Catarina.



Fonte: os autores (2014)

2.3 REGIÃO DE ENTORNO DO MUNICÍPIO-SEDE

O município de Caçador pertence a microrregião de Joaçaba, a qual, por sua vez, é pertencente a mesorregião Oeste Catarinense. A microrregião possui uma área total de 9.136,383 km², e está dividida em 27 municípios: Água Doce; Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Capinzal; Catanduvas; Erval Velho; Fraiburgo; Herval d'Oeste; Ibiam; Ibicaré; Iomerê; Jaborá; Joaçaba; Lacerdópolis; Lebon Régis; Luzerna; Macieira; Matos Costa; Ouro; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Tangará; Treze Tílias; Vargem Bonita; Videira.

Figura 2 – Localização dos municípios do estudo.



Fonte: os autores (2014)

Além de pertencer a microrregião de Joaçaba, Caçador compõe a Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP), fundada e instalada em 18 de outubro

de 1968. Atualmente a AMARP é formada por 14 municípios, sendo eles: Arroio Trinta; Caçador; Calmon; Fraiburgo; Ibiam; Iomerê; Lebon Régis; Macieira; Matos Costa; Pinheiro Preto; Rio das Antas; Salto Veloso; Timbó Grande; Videira.

2.4 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA

De acordo com estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2011) sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras, um dos itens que tem pouca relevância na escolha da universidade federal entre os estudantes matriculados é a proximidade da residência familiar. Isso leva a crer que para a realização de um curso em uma instituição pública, o potencial aluno está propenso a um deslocamento considerável de sua residência familiar, frente aos benefícios proporcionados pela instituição. Considera-se ainda, que para um curso de especialização, onde os encontros não ocorrem diariamente, essa propensão é acentuada. Ainda, tendo em vista que o município pertencente a microrregião de Joaçaba mais distante do município sede, Caçador, é de 135 km rodoviários, definiu-se esta distância como aquela de abrangência do estudo. Nesse sentido, 55 municípios foram considerados nesse raio de 135 km rodoviários.

Quadro 1– Municípios abrangidos pelo estudo

UF	Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	Distância de Caçador
SC	Capinzal	Joaçaba		135
SC	Ponte Alta			135
PR	Paulo Frontin			135
SC	Ouro	Joaçaba		134
SC	Rio do Campo			134
SC	São José do Cerrito			134
SC	Papanduva			133
SC	Monte Castelo			132
SC	Canoinhas			130
SC	Jaborá	Joaçaba		128
SC	Vargem			128
SC	Vargem Bonita	Joaçaba		125
SC	Irani			119
SC	Lacerdópolis	Joaçaba		117
PR	Bituruna			117
SC	São Cristovão do Sul			115
SC	Erval Velho	Joaçaba		112
SC	Ponte Serrada			112



SC	Catanduvas	Joaçaba		111
PR	Paula Freitas			111
SC	Brunópolis			108
SC	Bela Vista do Toldo			104
SC	Campos Novos			103
SC	Major Vieira			103
SC	Joaçaba	Joaçaba		101
SC	Ponte Alta do Norte			101
SC	Herval d'Oeste	Joaçaba		97
SC	Água Doce	Joaçaba		94
SC	Curitibanos			94
SC	Luzerna	Joaçaba		94
PR	Porto Vitória			94
SC	Irineópolis			92
PR	União da Vitória			92
SC	Monte Carlo			84
SC	Ibicaré	Joaçaba		81
SC	Frei Rogério			80
SC	Ibiam	Joaçaba	AMARP	78
SC	Porto União			78
SC	Santa Cecília			75
SC	Treze Tílias	Joaçaba		74
PR	General Carneiro			70
SC	Arroio Trinta	Joaçaba	AMARP	61
SC	Salto Veloso	Joaçaba	AMARP	60
SC	Tangará	Joaçaba		60
SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	57
SC	Fraiburgo	Joaçaba	AMARP	56
SC	Pinheiro Preto	Joaçaba	AMARP	50
SC	Timbó Grande		AMARP	48
SC	Matos Costa	Joaçaba	AMARP	47
SC	Iomerê	Joaçaba	AMARP	45
SC	Lebon Régis	Joaçaba	AMARP	41
SC	Videira	Joaçaba	AMARP	41
SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	32
SC	Rio das Antas	Joaçaba	AMARP	20
SC	Caçador	Joaçaba	AMARP	0

Fonte: os autores (2014)

A seguir apresenta-se dados acerca de quatro aspectos: demográfico; econômico; empregabilidade; educacionais. Os dados são apresentados e analisados considerando-se o município sede, os municípios pertencentes a AMARP, os municípios pertencentes a microrregião de Joaçaba e os municípios da região de estudo.

2.5 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Com relação aos aspectos demográficos foram considerados no estudo os seguintes fatores: população, faixa etária, gênero, deslocamento, raça e Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal (IDHM).

2.5.1 População

Com uma população estimada em 74.276 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caçador é o 15º município mais populoso de Santa Catarina e o 423º do Brasil.

Tabela 1– População total

Abrangência	População (2007)	População (2010)	População (2013)	Crescimento % 2007 – 2010	Crescimento % 2010 – 2013	Crescimento % 2007 – 2013
Caçador	67556	70762	74276	4,75%	4,97%	9,95%
AMARP	195427	201337	209675	3,02%	4,14%	7,29%
Microrregião de Joaçaba	310347	326459	339181	5,19%	3,90%	9,29%
Região de Estudo	698112	721749	747397	3,39%	3,55%	7,06%

Fonte: os autores (2014)

Em 2013, os municípios pertencentes à AMARP somaram uma população de 209.675 habitantes, o que representa um crescimento médio entre 2007 e 2013 de 7,29%; os municípios da microrregião de Joaçaba somaram 326.459 habitantes, e um crescimento de 9,29%; e os municípios da região de estudo somaram uma população de 747.397 habitantes e um crescimento de 7,06% nos últimos seis anos. O que demonstra que a população da região apresenta uma tendência de crescimento.

2.5.2 Faixa etária

No que concerne à faixa etária da população residente, o município de Caçador apresenta 25,36% da população na faixa entre 0 a 14 anos; 26,43% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,75% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,47% com 60 anos ou mais.



Tabela 2 – População residente total por faixa etária

Indicadores	Abrangência			
	Caçador	AMARP	Microrregião de Joaçaba	Região de Estudo
População (2010)	70762	201337	326459	721749
de 0 a 14 anos	17943	50432	76583	177136
de 15 a 29 anos	18700	52971	84807	184607
de 30 a 59 anos	27419	78154	129433	281345
de 60 ou mais anos	6700	19780	35636	78661
% de 0 a 14 anos	25,36%	25,05%	23,46%	24,54%
% de 15 a 29 anos	26,43%	26,31%	25,98%	25,58%
% de 30 a 59 anos	38,75%	38,82%	39,65%	38,98%
% de 60 ou mais anos	9,47%	9,82%	10,92%	10,90%

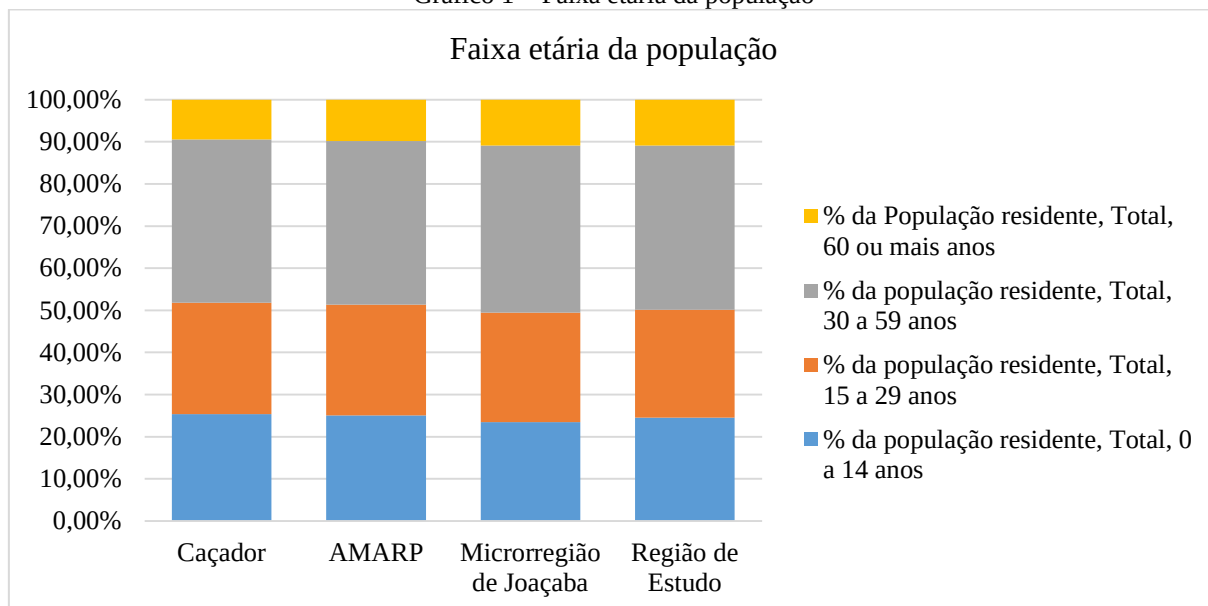
Fonte: os autores (2014)

Os municípios pertencentes à AMARP possuem uma população de 25,05% na faixa etária entre 0 e 14 anos; 26,31% na faixa entre 15 e 29 anos; 38,82% na faixa entre 30 e 59 anos e 9,82% com 60 ou mais anos.

Já dentre a população integrante dos municípios da Microrregião de Joaçaba, 23,46% estão na faixa entre 0 e 14 anos; 25,98% na faixa entre 15 e 29 anos; 39,65% na faixa entre 30 e 59 anos e 10,92% possuem 60 ou mais anos.

A região de estudo apresenta uma população de 24,54% na faixa entre 0 e 14 anos; 25,58% na faixa entre 15 a 29 anos; 38,98% na faixa entre 30 e 59 anos e 10,90% com 60 ou mais anos de idade.

Gráfico 1 – Faixa etária da população



Fonte: os autores (2014)

Os dados demonstram que a população desta região é formada em sua maioria por jovens, o que dá indícios da existência de um público que pode vir a frequentar uma Universidade.

2.5.3 Gênero

Quanto ao gênero da população, no município de Caçador 49,52% da população residente são homens e 50,48% são mulheres; na AMARP, 49,88% da população residente são homens e 50,12% são mulheres; na microrregião de Joaçaba 49,73% são homens e 50,27% são mulheres e na região de estudo 49,93% são homens e 50,07% são mulheres.

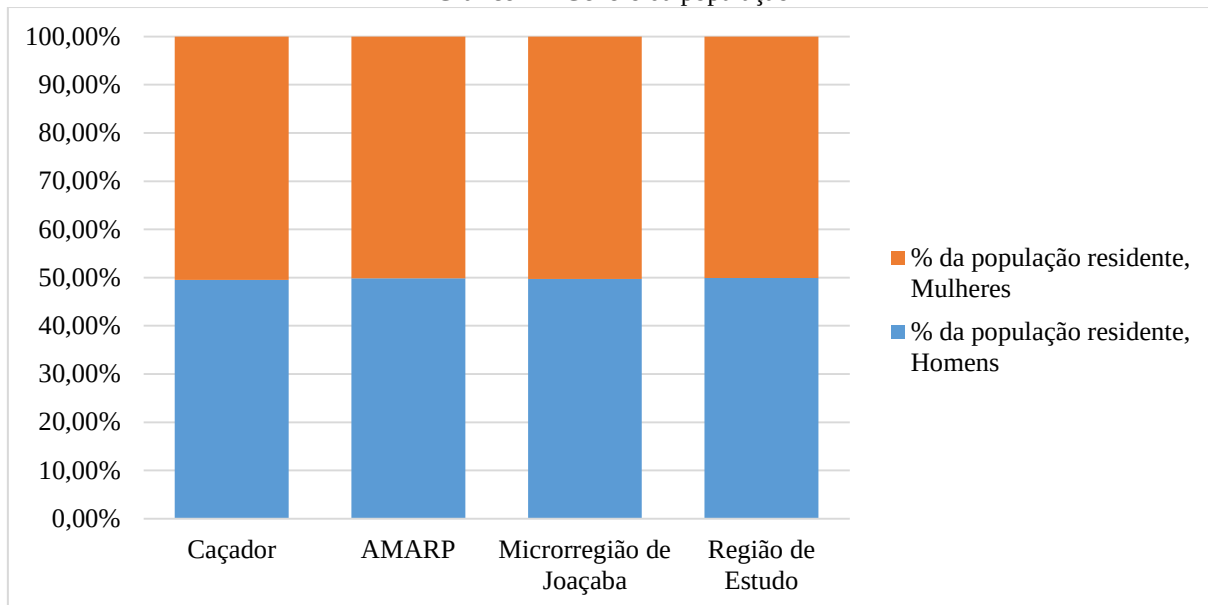
Tabela 3 – Gênero da população

Abrangência	População (2010)	População residente, Homens	% da população residente, Homens	População residente, Mulheres	% da população residente, Mulheres
Caçador	70762	35040	49,52%	35722	50,48%
AMARP	201337	100424	49,88%	100915	50,12%
Microrregião de Joaçaba	326459	162358	49,73%	164101	50,27%

Região de Estudo	721749	360391	49,93%	361355	50,07%
------------------	--------	--------	--------	--------	--------

Fonte: os autores (2014)

Gráfico 2 – Gênero da população



Fonte: os autores (2014)

Os dados apresentam há um equilíbrio entre a população de homens e de mulheres residentes nas regiões do estudo.

2.5.4 Deslocamento

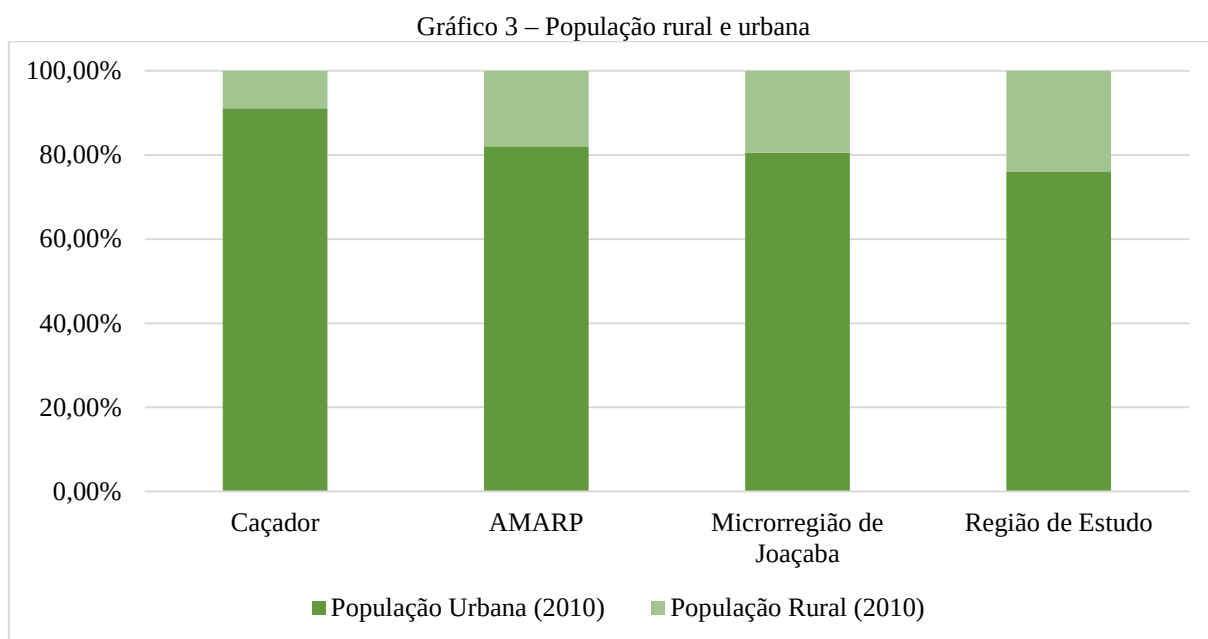
Tabela 4 – População urbana e rural (2010)

Abrangência	População (2010)	População Urbana (2010)	População Urbana (2010)	População Rural (2010)	População Rural (2010)
Caçador	70762	64457	91,09%	6304	8,91%
AMARP	201337	165137	82,02%	36200	17,98%
Microrregião de Joaçaba	326459	262751	80,49%	63708	19,51%
Região de Estudo	721749	547873	75,91%	173875	24,09%

Fonte: os autores (2014)

Em referência ao deslocamento, o IBGE classifica a população em urbana e rural. Dados do Censo de 2010 apontam que 91,09% da população do município de Caçador é

urbana e 8,91% é rural; nos municípios da AMARP, 82,02% da população é urbana e 17,98% é rural; expandindo para a microrregião de Joaçaba 80,49% da população é urbana e 19,51% é rural e na região de estudo 75,91% da população é urbana e 24,09% é rural.



Fonte: os autores (2014)

Os dados demonstram que a população é predominantemente urbana, embora uma parcela significativa da população, de Caçador, pertença à área rural.

2.5.5 Raça

A cor ou raça da população, residente em domicílios particulares, é definida a partir de uma autodeclaração durante a coleta de dados para o Censo populacional. Em Caçador, 68,25% da população se autodeclara branca; 2,55% preta; 0,79% amarela; 28,21% parda e 0,20% indígena. Nos municípios da AMARP, 70,82% da população residente declara-se branca; 2,57% preta; 0,68% amarela; 25,73% parda e 0,20% indígena.



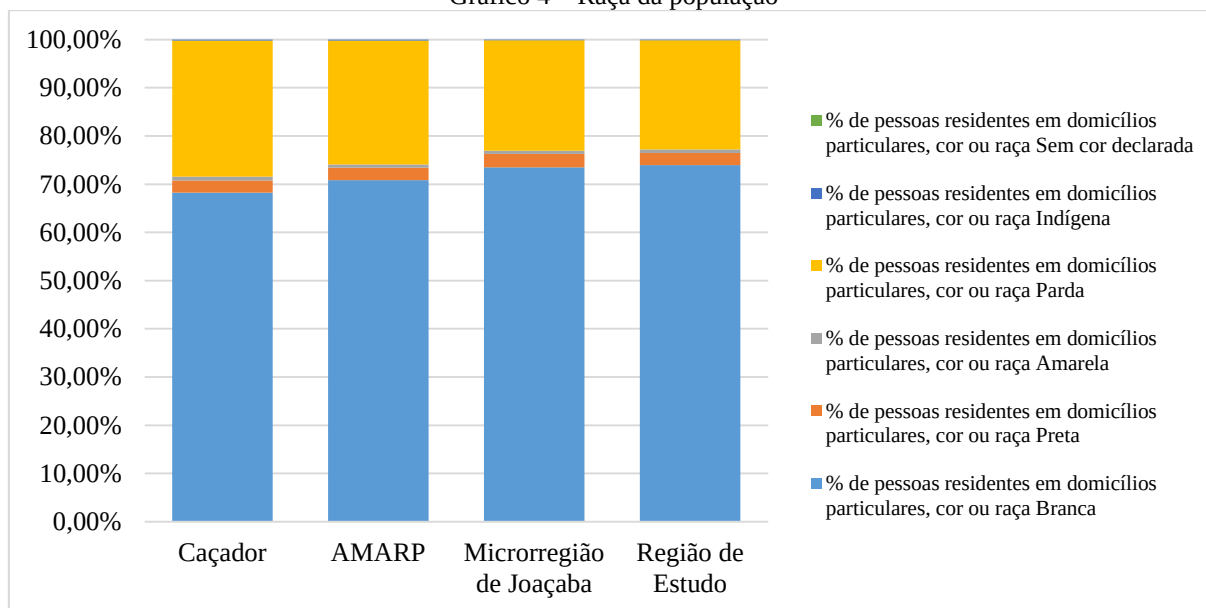
Tabela 5 – Raça ou cor da população residente em domicílios particulares

Indicadores	Abrangência							
	Caçador		AMARP		Microrregião de Joaçaba		Região de Estudo	
População total (soma das parciais) (2010)	70362	100,00%	200541	100,00%	325277	100,00%	716286	100,00%
Branca	48020	68,25%	142021	70,82%	239120	73,51%	529524	73,93%
Preta	1794	2,55%	5162	2,57%	9008	2,77%	18195	2,54%
Amarela	555	0,79%	1371	0,68%	2124	0,65%	5164	0,72%
Parda	19849	28,21%	51591	25,73%	74480	22,90%	162375	22,67%
Indígena	144	0,20%	396	0,20%	545	0,17%	1028	0,14%
Sem cor declarada	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Fonte: os autores (2014)

Na microrregião de Joaçaba, 73,51% autodeclara-se branca; 2,77% preta; 0,65% amarela; 22,90% parda e 0,17% indígena. Já na região de abrangência do estudo, 73,93% da população declara-se branca; 2,54% preta; 0,72% amarela; 22,67% parda e 0,14% indígena.

Gráfico 4 – Raça da população



Fonte: os autores (2014)

Os dados do Censo relevam que a maioria da população da região considerada neste estudo declara-se branca, seguido pela população que se autodeclara parda.

2.5.6 IDHM

O IDHM segue as mesmas três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global (IDH Global) – longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira. O IDHM é acompanhado por mais de 180 indicadores socioeconômicos, que dão suporte à análise do IDHM e ampliam a compreensão dos fenômenos e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

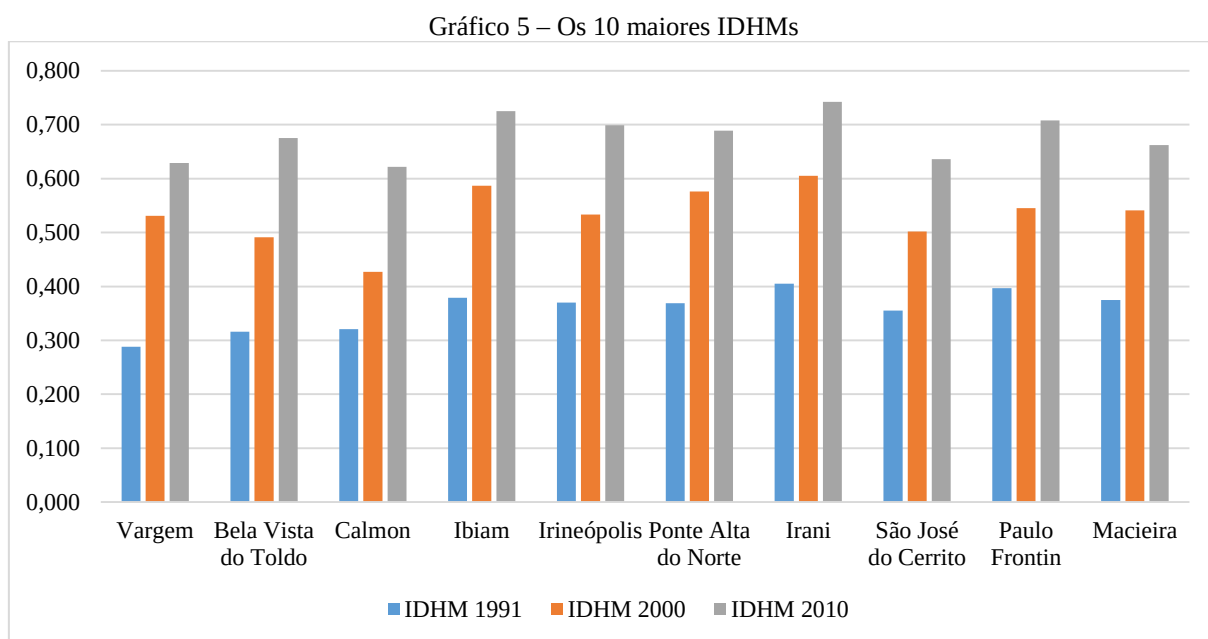
Os dados levantados sobre os IDHMs dos 55 municípios inseridos na região deste estudo evidenciaram que as 10 cidades que possuem o índice mais alto são: Joaçaba, Treze Tílias, Iomerê, Luzerna, Porto União, Salto Veloso, Lacerdópolis, Pinheiro Preto, Ouro e Arroio Trinta.

Tabela 6 – Os 10 maiores IDHMs da região de estudo

		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
1	SC	Joaçaba	Joaçaba		0,635	0,741	0,827	30%
2	SC	Treze Tílias	Joaçaba		0,511	0,668	0,795	56%
3	SC	Iomerê	Joaçaba	AMARP	0,456	0,708	0,795	74%
4	SC	Luzerna	Joaçaba		0,516	0,697	0,789	53%
5	SC	Porto União			0,536	0,666	0,786	47%
6	SC	Salto Veloso	Joaçaba	AMARP	0,485	0,666	0,784	62%
7	SC	Lacerdópolis	Joaçaba		0,524	0,700	0,781	49%
8	SC	Pinheiro Preto	Joaçaba	AMARP	0,533	0,644	0,777	46%
9	SC	Ouro	Joaçaba		0,491	0,655	0,774	58%
10	SC	Arroio Trinta	Joaçaba	AMARP	0,517	0,670	0,764	48%

Fonte: os autores (2014)

Destes municípios, ressalta-se que nove pertencem à microrregião de Joaçaba e por sua vez, quatro deles também pertencem a AMARP.



Fonte: os autores (2014)

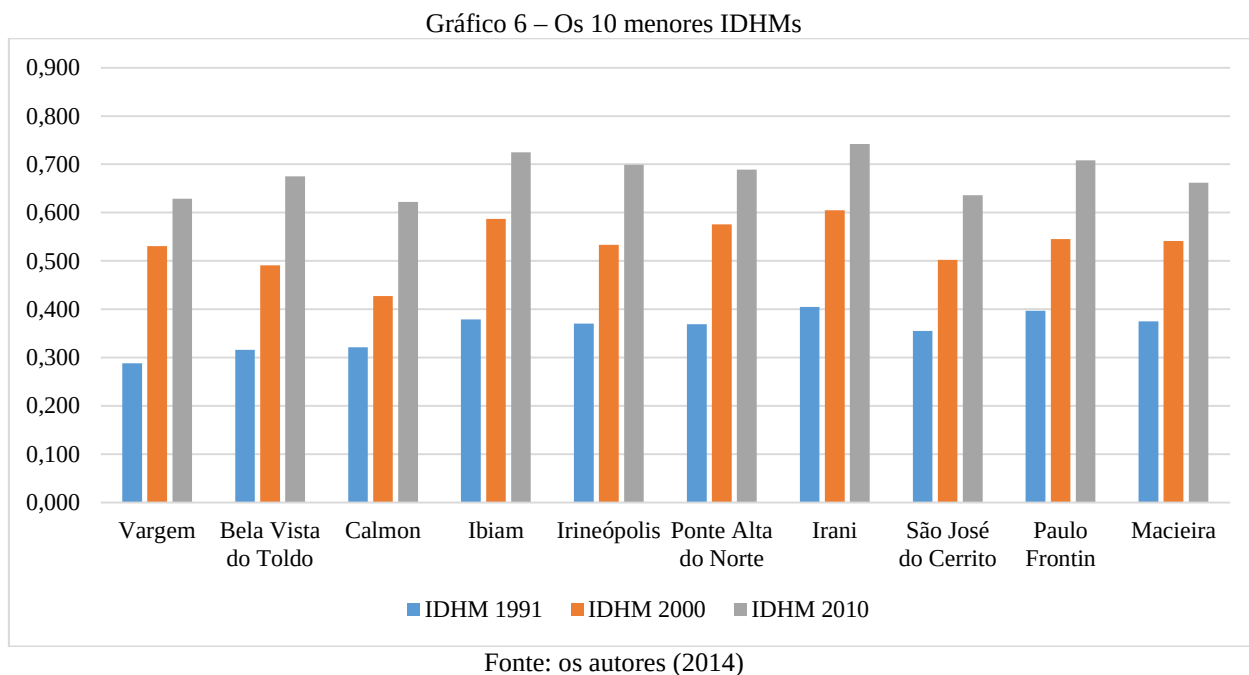
Por sua vez, os municípios que apresentam os menores IDHMs da região de estudo são: Calmon, Vargem, São José do Cerrito, Monte Carlo, Lebon Régis, General Carneiro, Matos Costa, Timbó Grande, Brunópolis e Macieira.

Tabela 7 – Os 10 menores IDHMs da região de estudo

		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
1	SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	0,321	0,427	0,622	94%
2	SC	Vargem			0,288	0,531	0,629	118%
3	SC	São José do Cerrito			0,355	0,502	0,636	79%
4	SC	Monte Carlo			0,429	0,530	0,643	50%
5	SC	Lebon Régis	Joaçaba	AMARP	0,407	0,497	0,649	59%
6	PR	General Carneiro			0,381	0,532	0,652	71%
7	SC	Matos Costa	Joaçaba	AMARP	0,433	0,512	0,657	52%
8	SC	Timbó Grande		AMARP	0,383	0,453	0,659	72%
9	SC	Brunópolis			0,379	0,481	0,661	74%
10	SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	0,375	0,541	0,662	77%

Fonte: os autores (2014)

Dos municípios que apresentam os menores IDHMs, quatro estão localizados na microrregião de Joaçaba e 5 deles pertencem a AMARP.



Estes dados demonstram o desequilíbrio que há no desenvolvimento humano dos municípios na região de estudo, em especial, quando observa-se que na microrregião de Joaçaba e na região da AMARP existem municípios classificados entre os 10 melhores IDHMs bem como existem municípios classificados como os 10 menores IDHMs.

Ao se propor uma análise do crescimento do IDHM no período entre 1991 e 2010 observa-se que os dez municípios que tiveram o maior aumento de IDHMs foram: Vargem, Bela Vista do Toldo, Calmon, Ibiam, Irineópolis, Ponte Alta do Norte, Irani, São José do Cerrito, Paulo Frontin e Macieira.

Tabela 8 – A variação dos IDHMs da região de estudo de 1991-2010

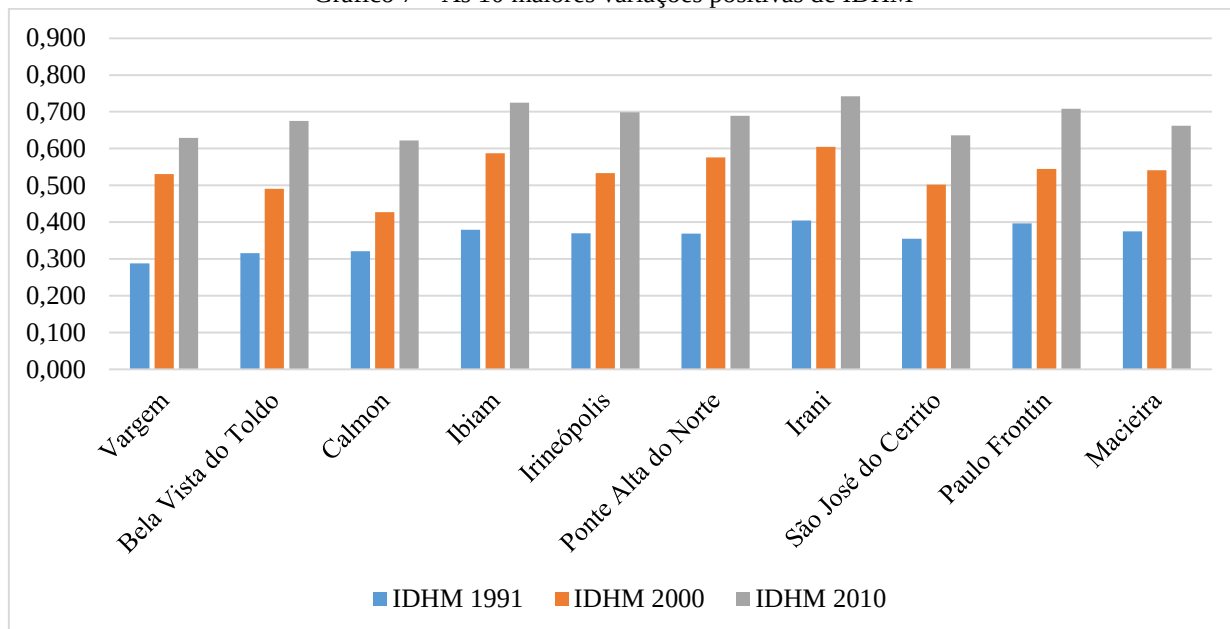
		Municípios	Microrregião	Associação de Municípios	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	Variação % 1991-2010
1	SC	Vargem			0,288	0,531	0,629	118%
2	SC	Bela Vista do Toldo			0,316	0,491	0,675	114%
3	SC	Calmon	Joaçaba	AMARP	0,321	0,427	0,622	94%
4	SC	Ibiam	Joaçaba	AMARP	0,379	0,587	0,725	91%

5	SC	Irineópolis			0,370	0,533	0,699	89%
6	SC	Ponte Alta do Norte			0,369	0,576	0,689	87%
7	SC	Irani			0,405	0,605	0,742	83%
8	SC	São José do Cerrito			0,355	0,502	0,636	79%
9	PR	Paulo Frontin			0,397	0,545	0,708	78%
10	SC	Macieira	Joaçaba	AMARP	0,375	0,541	0,662	77%

Fonte: os autores (2014)

Tais dados revelam o potencial de desenvolvimento da região, considerando não apenas aspectos relacionados ao crescimento econômico destes municípios, mas também aspectos relacionados a longevidade e a educação, o que consequentemente, pode indicar uma melhora na qualidade de vida da população desta região.

Gráfico 7 – As 10 maiores variações positivas de IDHM



Fonte: os autores (2014)

Embora os índices revelem aspectos positivos com relação ao desenvolvimento de alguns municípios, não se pode negar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento que a região, como um todo, enfrenta em termos econômicos, sociais, educacionais e ambientais.

2.6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Neste subcapítulo apresentam-se os dados relativos aos aspectos educacionais do município-sede Caçador, dos municípios pertencentes à AMARP, à Microrregião de Joaçaba e a Região de Abrangência do Estudo. Os fatores investigados foram: instrução dos economicamente ativos, instrução dos não economicamente ativos, número de matrículas e oferta de cursos de graduação.

2.6.1 Instrução dos economicamente ativos

Com relação ao nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e economicamente ativas, Caçador possuía 39,52% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 28,01% com ensino médio completo e superior incompleto; 20,82% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 11,12% com ensino superior completo e 0,52% não foram determinados.

Tabela 9 – Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade

Indicadores	Abrangência							
	Caçador		AMARP		Microrregião de Joaçaba		Região de Estudo	
Total	35889	100,00%	106629	100,00%	179125	100,00%	375889	100,00%
sem instrução e fundamental incompleto	14185	39,52%	43391	40,69%	71807	40,09%	158483	42,16%
fundamental completo e médio incompleto	7473	20,82%	23659	22,19%	37422	20,89%	76308	20,30%
médio completo e superior incompleto	10053	28,01%	27905	26,17%	48861	27,28%	99735	26,53%
superior completo	3991	11,12%	11255	10,56%	20478	11,43%	40262	10,71%
não determinado	187	0,52%	418	0,39%	552	0,31%	1092	0,29%

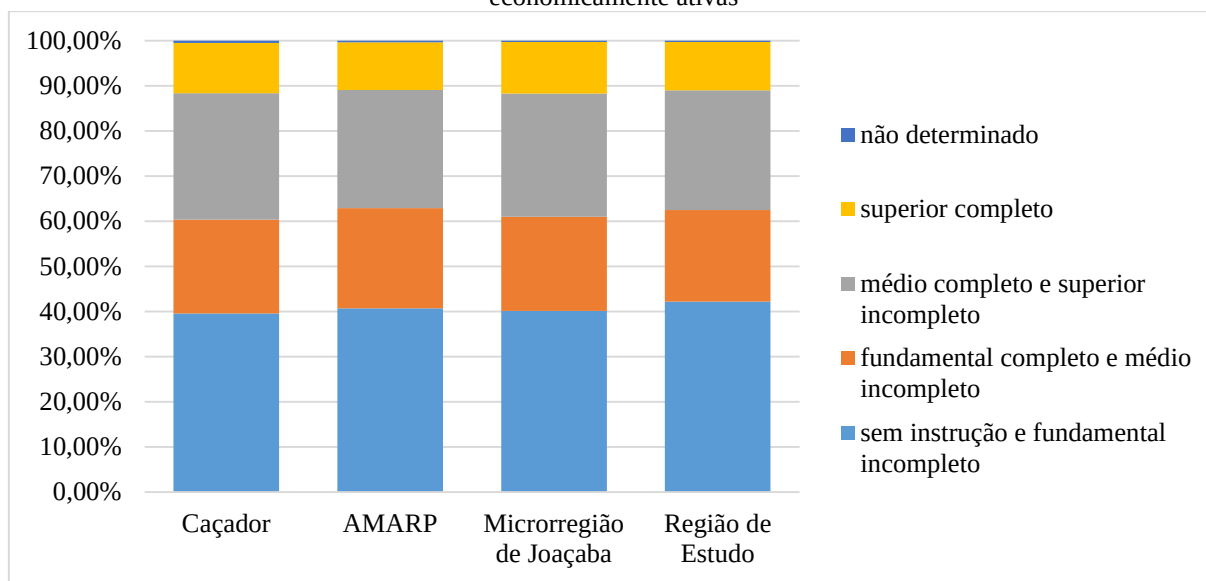
Fonte: os autores (2014)

A mesma conjuntura foi observada nos municípios pertencentes à AMARP, sendo 40,69% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 26,17% com ensino médio completo e superior incompleto; 22,19% com ensino fundamental completo e

médio incompleto; 10,56% com ensino superior completo e 0,39% não foram determinados.

A microrregião de Joaçaba apresentou 40,09% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 27,28% com ensino médio completo e superior incompleto; 20,89% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 11,43% com ensino superior completo e 0,31% não foram determinados.

Gráfico 8 – Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade e economicamente ativas



Fonte: os autores (2014)

Na região de abrangência do estudo 42,16% da população não tem instrução ou tem ensino fundamental incompleto; 26,53% tem ensino médio completo e superior incompleto; 20,30% possuem ensino fundamental completo e médio incompleto; 10,71% possuem ensino superior completo e 0,31% não foi determinado.

Os dados demonstram que grande parcela da população de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e economicamente ativa não possui instrução ou possui ensino fundamental completo. A segunda faixa é preenchida pelas pessoas com ensino médio completo e superior incompleto.

2.6.2 Instrução dos não economicamente ativos

Em referência ao nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e não economicamente ativa, Caçador possuía 73,56% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 16,34% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 7,63% com ensino médio completo e superior incompleto; 2,10% com ensino superior completo e 0,39% não foi determinado.

Tabela 10 – Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade

Indicadores	Abrangência							
	Caçador		AMARP		Microrregião de Joaçaba		Região de Estudo	
Total	23722	100,00%	63504	100,00%	100067	100,00%	236793	100,00%
sem instrução e fundamental incompleto	17450	73,56%	47894	75,42%	74165	74,12%	173839	73,41%
fundamental completo e médio incompleto	3875	16,34%	9826	15,47%	15396	15,39%	36977	15,62%
médio completo e superior incompleto	1809	7,63%	4454	7,01%	8216	8,21%	20438	8,63%
superior completo	497	2,10%	911	1,43%	1752	1,75%	4303	1,82%
não determinado	92	0,39%	418	0,66%	534	0,53%	1232	0,52%

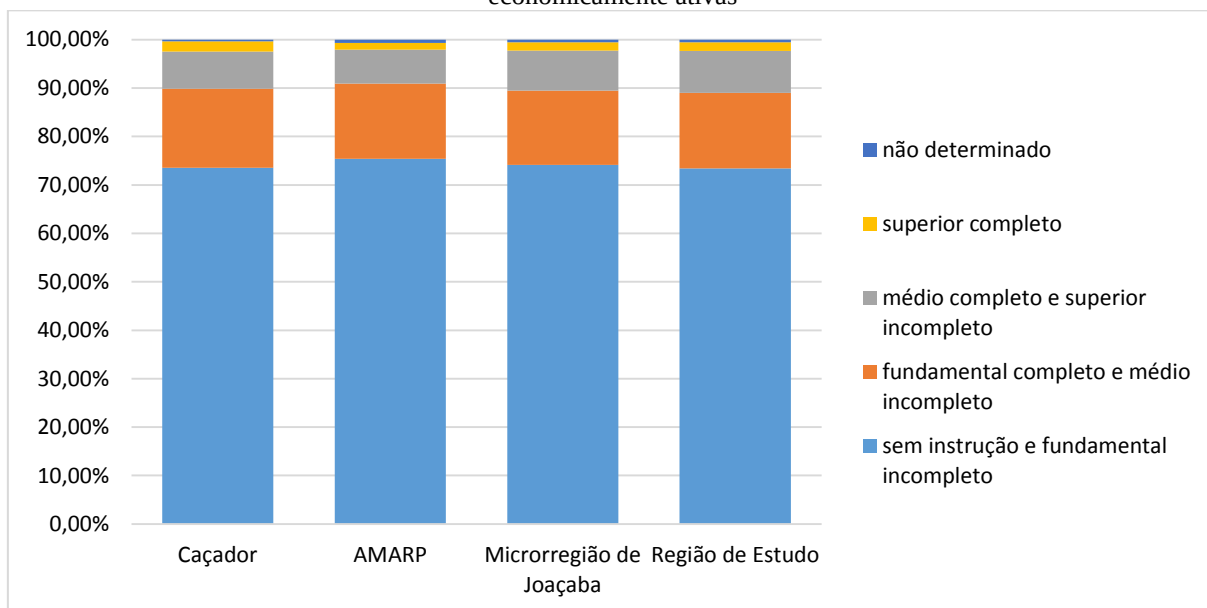
Fonte: os autores (2014)

Os municípios pertencentes à AMARP possuíam 75,42% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 15,47% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 7,01% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,43% com ensino superior completo e 0,66% não foram determinados.

Situação semelhante na microrregião de Joaçaba em que 74,12% da população não possui instrução ou tem ensino fundamental incompleto; 15,39% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 8,21% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,75% com ensino superior completo e 0,53% não foi determinado.

A região de abrangência do estudo possuía 73,41% da população sem instrução ou com ensino fundamental incompleto; 15,62% com ensino fundamental completo e médio incompleto; 8,63% com ensino médio completo e superior incompleto; 1,82% com ensino superior completo e 0,52% não foram determinados.

Gráfico 9 – Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade não economicamente ativas



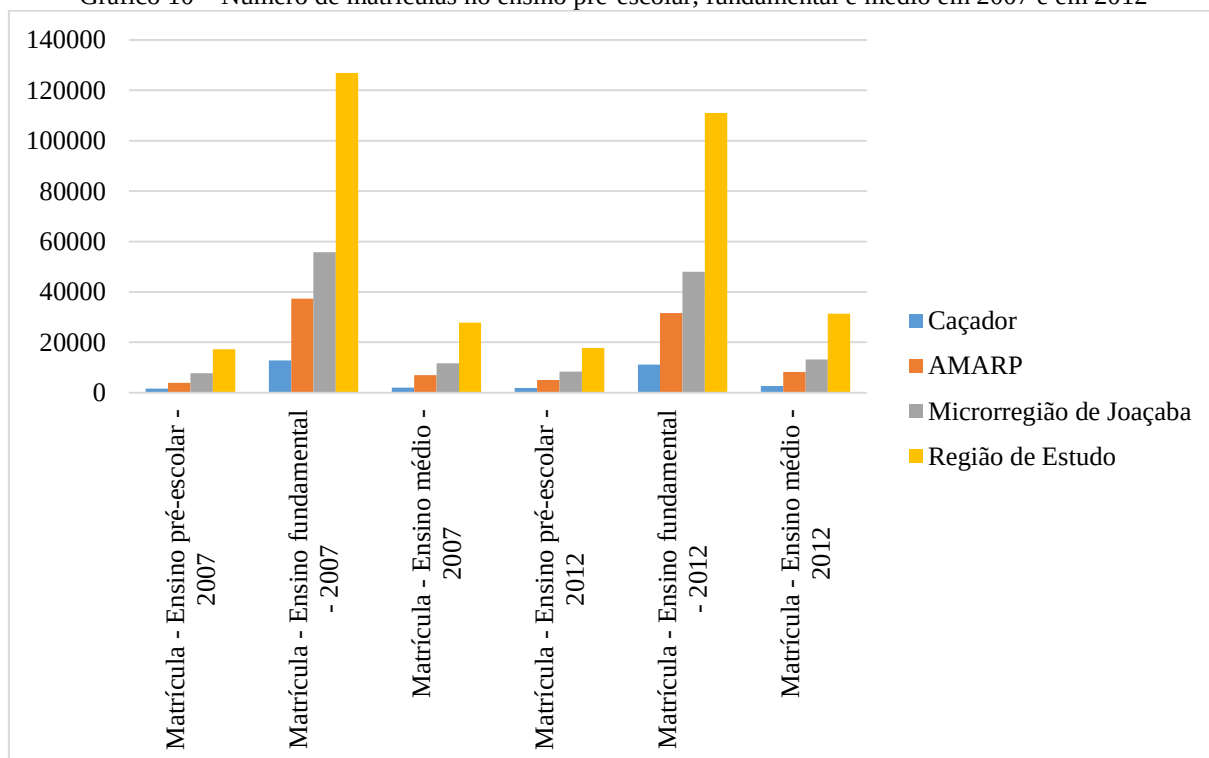
Fonte: os autores (2014)

Os dados demonstram que a situação é ainda mais agravante quando toma por base o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade com condição de atividade na semana de referência e não economicamente ativas. Mais de 70% da população desta região não possui instrução ou possui ensino fundamental incompleto.

2.6.3 Número de matrículas

Ao se traçar um comparativo entre o número de matrículas no ensino pré-escolar, fundamental e médio em 2005 e em 2012, verifica-se que houve um acréscimo no número de matrículas no ensino pré-escolar em Caçador (14,77%), nos municípios da AMARP (30,69%), na microrregião de Joaçaba (8,12%) e na região de abrangência do estudo (3,08%). Todavia, houve um decréscimo no número de matrículas no ensino fundamental em Caçador (-12,84%), nos municípios da AMARP (-15,46%), na microrregião de Joaçaba (-13,86%) e na região de abrangência do estudo (-12,53%).

Gráfico 10 – Número de matrículas no ensino pré-escolar, fundamental e médio em 2007 e em 2012



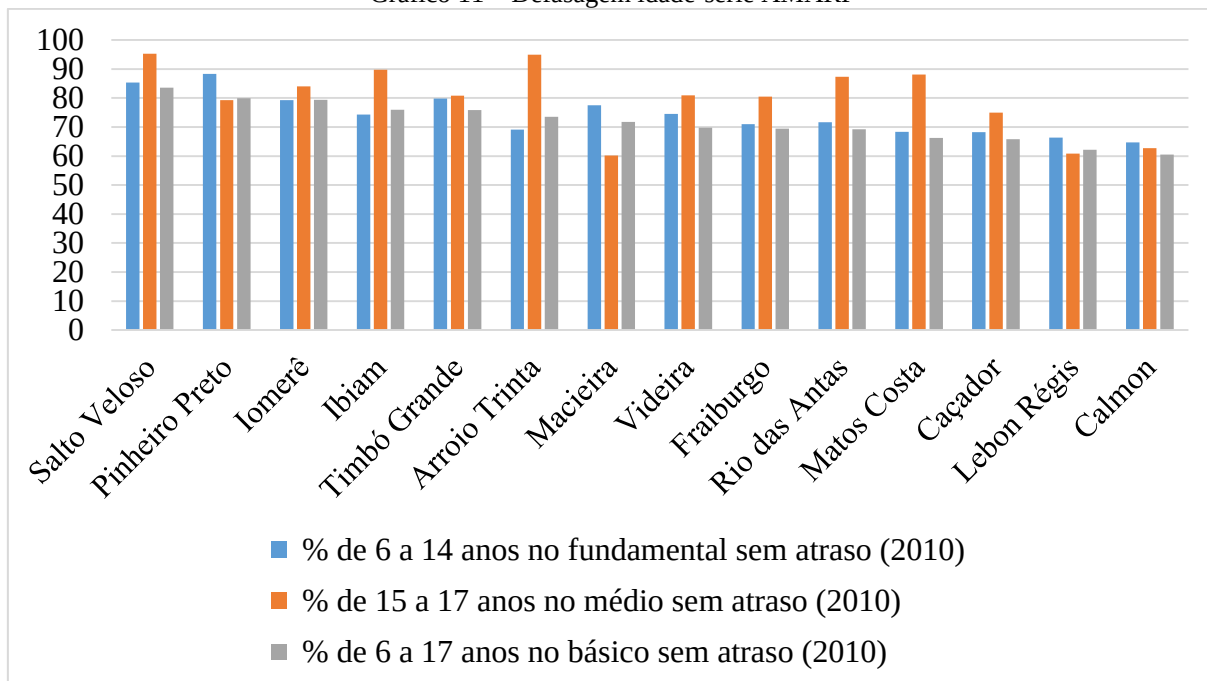
Fonte: os autores (2014)

Mas, houve uma variação percentual positiva no número de matrículas do ensino médio, sendo: Caçador (25,38%); AMARP (17,39%), na microrregião de Joaçaba (13,23%) e na região de abrangência do estudo (12,52%).

2.6.4 Defasagem Idade-Série

O indicador defasagem idade-série demonstra a defasagem que ocorre nos alunos do Ensino Básico (Fundamental e Médio) com relação a idade correta que deveriam estar cursando estes níveis. Os dados coletados referem-se aos municípios da AMARP, no ano base de 2010.

Gráfico 11 – Defasagem idade-série AMARP



Fonte: os autores (2014)

Com relação ao indicador defasagem idade-série, os dados da AMARP (2010) demonstram que o município com maior percentual de alunos de 6 a 14 anos cursando ensino fundamental sem atraso é Pinheiro Preto (88,36%), seguido por Salto Veloso (85,31%) e Timbó Grande (79,77%). Já os municípios com o menor percentual de alunos de 6 a 14 anos cursando ensino fundamental sem atraso são: Calmon (64,69%), Lebon Régis (66,38%) e Caçador (68,21%).

No ensino médio, os municípios que apresentam os maiores percentuais de alunos de 15 a 17 anos sem atraso são: Salto Veloso (95,29%), Arroio Trinta (94,89%) e Ibiam (89,71%). Já os municípios com os menores percentuais de alunos de 15 a 17 anos sem atraso são: Macieira (60,19%), Lebon Régis (60,83) e Calmon (62,65%).

Ao comparar a idade dos alunos e a defasagem no Ensino Básico (Ensino Fundamental e Ensino Médio), os municípios com maior percentual de alunos de 6 a 17 anos no Ensino Básico sem atraso são: Salto Veloso (83,55%), Pinheiro Preto (79,97%) e Iomerê (79,33%). Já os municípios com o menor percentual de alunos de 6 a 17 anos no ensino

básico sem atraso são: Calmon (60,50%), Lebon Régis (62,11%) e Caçador (65,77%).

No Brasil, 65,63% dos alunos de 6 a 14 anos estão cursando ensino fundamental sem atraso, 72,80% de alunos de 15 a 17 anos estão cursando o ensino médio sem atraso e 61,84% dos alunos entre 6 e 17 anos estão no ensino básico sem atraso.

Portanto, os índices revelam situações preocupantes que demonstram que em alguns municípios da região da AMARP é alto o índice de alunos que estão defasados na relação idade-série. Ao se comparar com os índices brasileiros percebe-se que a situação da região da AMARP é similar a média nacional, e que muitos municípios estão acima da média.

2.6.5 Oferta de cursos de especialização na área pretendida

Em consulta ao sistema e-Mec não foi encontrada oferta gratuita de cursos de especialização em gestão escolar. O sistema informou a disponibilidade de apenas um curso, ofertado em Curitiba, por instituição privada.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA JUSTIFICATIVA

Com relação aos aspectos demográficos, observa-se que aproximadamente 28% da população da região de estudo concentram-se nos municípios que formam a AMARP. Essa região teve um crescimento aproximado de 7% entre os anos de 2007 e 2013, sendo que aproximadamente 25% da população, tanto da AMARP, quanto da região do estudo, encontra-se na faixa etária de 15 a 29 anos. Considera-se que, do ponto de vista demográfico, existe demanda para cursos de graduação. É importante ressaltar ainda que aproximadamente 25% dessa população encontra-se na faixa etária de 0 a 14 anos, o que garante um fluxo de potenciais alunos de graduação. Além das considerações relatadas, observamos que três quartos da população concentra-se em área urbana, o que facilita as condições de acesso à infraestrutura necessária para cursar uma graduação, como por exemplo, acesso à Internet e transporte público.

Em relação ao IDHM, observa-se relativo desequilíbrio entre os municípios que

compõem a região da AMARP. Entretanto, ao se observar os indicadores do início da década de 1990 e final da década de 2000, observa-se que todos os municípios tiveram variação positiva dos seus IDHMs, sendo que os municípios que no início da década de 1990 tiveram os menores IDHMs foram aqueles que apresentaram a maior variação percentual. Embora os índices revelem aspectos positivos em relação ao desenvolvimento de alguns municípios, não se podem negar os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento que a região como um todo enfrenta em termos econômicos, sociais, educacionais e ambientais.

Os indicadores relativos aos aspectos econômicos revelaram que cerca de 60% daqueles com idade de 10 ou mais anos estão na condição de População Economicamente Ativa (PEA). Isso representa um número expressivo da parcela da população que está apta a trabalhar e, portanto, indica uma potencial necessidade de formação na graduação.

Em relação à renda per capita, assim como aos IDHMs, verifica-se também um desequilíbrio entre os municípios da região de estudo. O valor do menor rendimento nominal médio per capita é cerca de 30% do valor da maior renda per capita. Quando se analisa as medianas desses valores de rendimento, obtêm-se valores expressivamente menores daqueles obtidos pelas médias, o que caracteriza desigualdade na distribuição de renda dos municípios. Essa situação se reflete também nos indicadores relacionados às rendas dos domicílios cuja faixa de renda é, em sua maioria, concentrada entre 2 e 5 salários mínimos.

Sobre a posse de bens duráveis nos municípios da região verificou-se que os itens com maior presença são geladeira, televisão e rádio, ao passo que os itens com menor presença são motocicleta para uso particular, microcomputador com acesso à Internet e telefone fixo. Isso evidencia uma possível relação entre a renda e o acesso ao consumo de bens duráveis. Além disso, o fato de haver poucos microcomputadores com acesso à Internet nas residências pode evidenciar uma dificuldade no acesso à informação e, por consequência, à educação.

Em relação ao PIB dos municípios da AMARP, observou-se que a paridade das parcelas de indústrias e serviços na participação do PIB, que vinha sendo observada até o ano de 2004, deixa de existir e dá lugar à maior participação dos serviços na parcela total do PIB. A maior participação da parcela dos serviços no PIB sempre foi observada nos municípios da região de estudo. Isso pode ser um indicativo de que a região da AMARP está evoluindo de forma a acompanhar a tendência geral da região de estudo, tendo como maior parcela participante do PIB o setor de serviços. Entretanto, essa situação não se verifica em Caçador,

em função das características econômicas do município.

No que concerne ao estoque de empresas e pessoal ocupado nas regiões analisadas há um crescimento do número de pessoas ocupadas, embora exista uma volatilidade em relação aos números de empresas atuantes. Os principais setores de ocupação das pessoas na região de estudo são: indústria, comércio e agricultura.

Os indicadores relacionados aos aspectos educacionais relativos à população com condição de atividade e economicamente ativa demonstram uma homogeneidade na faixa de instrução de todos os níveis educacionais quando se comparam as regiões (Caçador, AMARP, Microrregião de Joaçaba, Região de Estudo). Aproximadamente 50% da população da região de estudo apresenta ensino fundamental completo e médio incompleto ou ensino médio completo e superior incompleto. Os primeiros sinalizam potenciais futuros alunos de graduação e os últimos indicam uma potencial população apta ao estudo da graduação e pós-graduação, no momento atual.

Assim, busca-se, a partir, dos dados analisados, embasar a proposta do projeto pedagógico do Curso de Especialização em Gestão Escolar, visto que o curso tem por objetivo básico contribuir para a formação efetiva dos profissionais atuantes na área de gestão educacional que, durante o processo de formação continuada, terão acesso a elementos teóricos-práticos que viabilizarão uma educação básica de qualidade, alicerçada nos princípios da gestão democrática. Cabe destacar que tratativas foram realizadas com a Secretária Municipal de Educação, do município de Caçador, no sentido de oportunizar a oferta de formação continuada e pós-graduada aos dirigentes da Rede Básica de Ensino. Nesse sentido, a presente proposta insere-se num conjunto de políticas que vêm sendo implementadas pelo poder público com o intuito de favorecer melhorias no cotidiano escolar, elevando qualitativamente o padrão da educação básica.

Outrossim, destaca-se que a necessidade de atuação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, com 20% de suas matrículas, na formação inicial e continuada de professores leva-nos a fomentar cursos de formação continuada para professores e/ou gestores da rede municipal e estadual de Santa Catarina.

3 PERFIL DO CURSO

As seções seguintes definem pontos importantes da estrutura da proposta do Curso de Especialização em Gestão Escolar, fazendo parte da identidade do mesmo.

3.1 OBJETIVOS DO CURSO

3.1.1 Objetivo geral

Aprofundar os fundamentos teórico-práticos e qualificar os profissionais da educação da rede pública e privada no que concerne às questões de gestão de instituições educacionais, almejando, assim, a elevação qualitativa da Educação Básica.

3.1.2 Objetivos específicos

- a) Proporcionar educação continuada aos alunos recém graduados;
- b) Aprofundar e discutir a Gestão Escolar, bem como as relações interpessoais;
- c) Fornecer subsídios teóricos para a compreensão do meio educacional no qual as escolas estão inseridas, tendo em vista a ética e os princípios democráticos;
- d) Possibilitar aos participantes do curso um espaço para a problematização, construção de novos conhecimentos e a troca de experiências sobre os novos desafios que se colocam para a escola e para a educação em geral;
- e) Promover a reflexão e a discussão sobre o desenvolvimento da Gestão Escolar brasileira em seus diferentes níveis, face ao contexto de globalização excludente;
- f) Propiciar a reflexão e a discussão sobre a função social da escola brasileira e as suas perspectivas para uma formação fundamentada na competência, na ética, na cidadania e na autonomia;
- g) Propiciar condições de aprofundamento e de atualização acerca do referencial

teórico que embasa a prática dos profissionais da educação;

- h) Apresentar aos profissionais da educação metodologias alternativas para as necessidades do cotidiano escolar;
- i) Oportunizar aos profissionais da educação o intercâmbio entre suas experiências didático-pedagógicas e as suas possibilidades como gestores;
- j) Propiciar ao gestor educacional, o conhecimento sobre a gestão financeira, física e patrimonial das instituições escolares;
- k) Discutir a avaliação institucional visando à melhoria do desempenho escolar;
- l) Desenvolver competências no uso do sistema de informações tecnológicas para utilização da tecnologia no ambiente escolar;
- m) Oportunizar conhecimento sobre o planejamento estratégico e sobre os projetos pedagógicos para eficácia no ambiente escolar.

4 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO

4.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso de Especialização em Gestão Escolar tem por objetivo formar profissionais, capazes de desenvolver atividades de planejamento, organização, liderança e controle no âmbito da gestão escolar, contribuindo para o aumento da efetividade das instituições educacionais.

4.2 COMPETÊNCIAS

Para atender o perfil de profissional anteriormente exposto, o Especialista em Gestão Escolar, após conclusão da sequência curricular mínima, deverá possuir as seguintes competências:

1. Compreender os conceitos de planejamento estratégico e gestão escolar;
2. Buscar o aperfeiçoamento da Gestão Escolar, bem como as relações interpessoais;
3. Proporcionar ao gestor educacional, o conhecimento sobre a gestão financeira, de serviços, física e patrimonial das instituições escolares;
4. Desenvolver competências e habilidades para a avaliação institucional visando a melhoria do desempenho escolar;
5. Proporcionar o desenvolvimento das capacidades técnicas, sociais, organizativas e metodológicas para conduzir o planejamento estratégico e projetos pedagógicos para eficácia no ambiente escolar;
6. Oportunizar aos profissionais da educação um espaço de intercâmbio para a construção de problematizações e novos conhecimentos, bem como a troca de experiências sobre novos desafios que se colocam para a escola e para a educação em geral;
7. Conhecer e reconhecer as tecnologias do sistemas de informações e comunicação



para o ambiente escolar;

8. Propiciar condições de aprofundamento e de atualização sobre a legislação e políticas públicas que embasa a prática dos profissionais da educação;
9. Propiciar a reflexão e a discussão sobre a função social da escola brasileira e as suas perspectivas para uma formação fundamentada na competência, na ética, na cidadania e na autonomia.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1 CURRÍCULO POR COMPETÊNCIAS

O currículo por competências oferece ao aluno não apenas conhecimento científico e profissional, mas também habilidades capazes de contribuir para o desenvolvimento de seu autoconhecimento e autonomia, isto é, atitude. O que conseqüentemente o ajudará a resolver problemas e enfrentar imprevistos em situações do mundo do trabalho e da vida.

O currículo organizado por competências considera as diferenças individuais, as desigualdades culturais, sociais e cognitivas e o próprio significado do conhecimento, opondo-se, dessa forma, ao ensino conteudista.

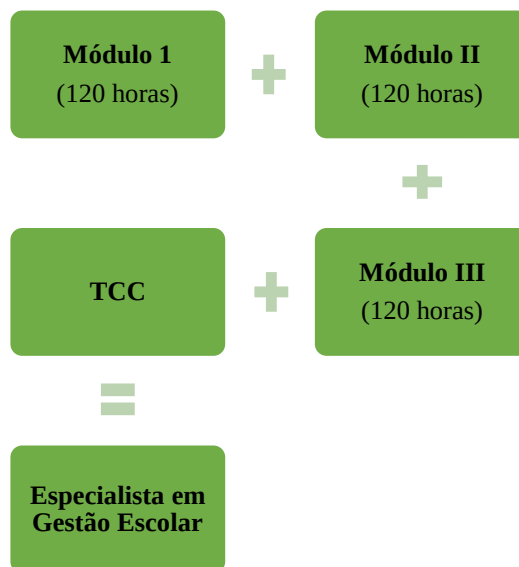
O currículo organizado por competências propicia situações desafiadoras, em que o aluno aprende a fazer fazendo, participando de projetos e de situações que rompem com o isolamento disciplinar, criando, assim, redes de conhecimento. O foco do currículo escolar organizado por competências é a aprendizagem do aluno a partir do estímulo não só às atividades relacionadas ao conhecimento, como também às pessoais, sociais e profissionais, desenvolvidas por meio da criação de um ambiente construtivista.

Dessa maneira, oportuniza-se a ampliação do horizonte de formação a partir de quatro aprendizagens básicas: saber, saber fazer, saber ser e saber conviver. Além de aprender conceitos, o aluno aprende como mobilizar e aplicar o que aprendeu, ou seja, ele desenvolve habilidades, fazeres, atitudes, o que se constitui em uma verdadeira educação cooperativa, solidária e ativa da cidadania.

5.2 FLUXOGRAMA DO CURSO

O fluxograma, a seguir, apresenta a divisão do curso em três módulos de 120 horas cada, totalizando 360 horas de curso, conforme Figura 1.

Figura 1: Fluxograma do Curso de Especialização em Gestão Escolar



5.3 ESTRUTURAÇÃO SINTÉTICA DO CURSO

Módulo I	Módulo II	Módulo III
Planejamento em Organizações de Ensino	Gestão do Projeto Pedagógico	Tecnologia de Informação e Comunicação na Escola
Gestão Financeira e Patrimonial Escolar	Tópicos Avançados de Gestão Educacional	Avaliação Institucional
Gestão de Serviços Educacionais	Legislação Educacional e Políticas Públicas	Criatividade no Ambiente Escolar
Gestão de Pessoal: Relações Interpessoais e Liderança	Função Social da Escola	Pesquisa em Educação

5.4 CERTIFICAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

O curso de especialização em Gestão Escolar prevê, por meio da divisão da grade curricular em módulos, a emissão de certificação intermediária. Assim, o discente ao concluir os módulos I e II, com a devida aprovação, receberá uma certificação intermediária, na modalidade de aperfeiçoamento, com carga horária de 120h por módulo. Já, ao término do módulo III, o aluno estará apto, após cumprir os três módulos e concluir o Projeto de Intervenção Escolar, a receber o certificado de Especialista em Gestão Escolar.

5.5 ESTRUTURAÇÃO SEMESTRAL DO CURSO

Módulo I Gestão de Recursos no Ambiente Escolar	
Unidade Curricular	C/H Semestral
Planejamento em Organizações de Ensino	30
Gestão Financeira e Patrimonial Escolar	30
Gestão de Serviços Educacionais	30
Gestão de Pessoal: Relações Interpessoais e Liderança	30
TOTAL	120

Módulo II Gestão Pedagógica: planejamentos e práticas	
Unidade Curricular	C/H Semestral
Gestão do Projeto Pedagógico	30
Tópicos Avançados de Gestão Educacional	30
Legislação Educacional e Políticas Públicas	30
Função Social da Escola	30
TOTAL	120



Módulo III	
Tecnologias e pesquisa na área educacional	
Unidade Curricular	C/H Semestral
Tecnologia de Informação e Comunicação na Escola	30
Avaliação Institucional	30
Criatividade no Ambiente Escolar	30
Pesquisa em Educação	30
TOTAL	120

6 APRESENTAÇÃO DAS UNIDADES CURRICULARES

6.1 MÓDULO I

Unidade Curricular	Planejamento em Organizações de Ensino Modulo I 30 H
Ementa	Abordagem sistêmica da escola. Processo administrativo na organização. Objetivos e desafios organizacionais. Planejamento nas organizações. Ferramentas de diagnóstico e planejamento.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	1, 2, 5 e 6
Bibliografia	MARTINS, Marcos Amancio P. Gestão educacional: planejamento estratégico e marketing . Rio de Janeiro: Brasport, 2007. 151 p. ISBN 9788574523279. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens . 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 119 p. ISBN 9788532630940. LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática . 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008. 319 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8588253259. LUCENA, Maria Diva da Salete. Planejamento estratégico e gestão do desempenho para resultados . São Paulo: Atlas, 2004. 183 p. ISBN 8522437327. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas . 24.ed. São Paulo: Atlas, 2007. 331p., il. ISBN 9788522449262. ROCHA, Carlos Henrique; GRANEMANN, Sérgio Ronaldo. Gestão de Instituições Privadas de Ensino Superior . Editora Atlas.



Unidade Curricular	Gestão Financeira e Patrimonial Módulo I 30H
Ementa	Fundamentos de Contabilidade. Noções de Orçamento. Controle de Caixa. Controle de Materiais. Planejamento Financeiro de Eventos. Controle de Contas a Pagar e a Receber. Controle de Imobilizado.
Metodologia de avaliação	Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 3, 6 e 7
Bibliografia	QUINTANA, Alexandre Costa. Fluxo de caixa: demonstrações contábeis: de acordo com a Lei 11.638/07. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2012. 130 p., il. Inclui bibliografia e índice. ISBN 9788536237596. MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 269 p., il. Bibliografia: p. [267]-269. ISBN 9788522455928. PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 619 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8522437726. WERNKE, Rodney. Gestão de custos: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 175 p., il. ISBN 8522436614.



Unidade Curricular	Gestão de Serviços Educacionais
	Módulo I 30h
Ementa	Conceito de serviço. Natureza e tipos de serviços. Gestão de serviços. Terceirização. O cliente como consumidor e como participante do processo de prestação do serviço. Gestão da capacidade e demanda. Gestão dos gargalos, administração de filas. Qualidade em serviços. Cenários futuros
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 6 e 7
Bibliografia	FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação. Porto Alegre: Bookman. HOFFMAN, K. D.; BATESON, J. E. G. Princípios de Marketing de Serviços. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2003. LOVELOCK, C. H.; WRIGHT, L. Serviços: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006



Unidade Curricular	Gestão de Pessoal: Relações Interpessoais e Liderança Módulo I 30h
Ementa	A importância das relações humanas na gestão escolar. Estudo do comportamento humano nas relações interpessoais. A prática da liderança e da autonomia na gestão escolar.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 6 e 7
Bibliografia	LUCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar . 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 165 p. (Cadernos de gestão; v. 4). ISBN 9788532636201. LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Uma Gestão Paradigmática - Vol. 1. Série Cadernos de Gestão Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão). LÜCK, Heloísa. Liderança em gestão escolar: Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional - Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).

6.2 MÓDULO II

Unidade Curricular	Gestão do Projeto Pedagógico Módulo II 30 h
Ementa	Análise do Projeto Político Pedagógico: conceitos político-administrativos de participação, investigação, identificação e alternativas na solução de problemas administrativos e educacionais. Processos que conduzem à tomada de decisão participativa. Tendências educacionais e políticas administrativas contemporâneas.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	4, 5, 6
Bibliografia	VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica: Projeto Político Pedagógico; Educação superior: Projeto Político Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004 VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora 2004 KUENZER, Acácia, CALAZANS, Julieta, GARCIA, Walter. Planejamento e educação no Brasil. 4ed. São Paulo: Cortez, 1999



Unidade Curricular	Tópicos Avançados de Gestão Educacional
	Módulo II 30 h
Ementa	Reflexão sobre os aspectos amplos da gestão educacional, compreendendo a gestão e a administração, a organização e a formação, a avaliação e o controle, além das relações públicas.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	1, 2, 5, 6 e 7
Bibliografia	PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006. 119 p. (Educação em ação). ISBN 85-08-06522-1. LÜCK, Heloísa. Gestão educacional: uma questão paradigmática. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. Série Cadernos de Gestão. Volume I LÜCK, Heloísa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série Cadernos de Gestão. Volume II. LÜCK, Heloísa. A gestão participativa na escola. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. Série Cadernos de Gestão. Volume III.



Unidade Curricular	Legislação Educacional e Políticas Públicas
	Módulo II 30H
Ementa	Legislação Federal; Políticas públicas; Desenvolvimento histórico das políticas públicas e educacionais no Brasil;. A educação na ordem constitucional brasileira. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A estrutura curricular didática e administrativa da Educação Básica; Os Parâmetros curriculares nacionais. As políticas de desenvolvimento e financiamento da educação. A formação dos profissionais da educação. A função social da escola e o papel do educador. Impasses e perspectivas das políticas públicas atuais em relação à educação.
Metodologia de avaliação	Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 6 e 8
Bibliografia	NEVES, Lúcia Maria W. Educação e política no Brasil hoje. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005 Constituição da República Federativa do Brasil (1988) MEC- PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) MEC - Plano Nacional de Educação (PNE) MEC - Legislação Educacional LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)



Unidade Curricular	Função Social da Escola Módulo II 30 h
Ementa	O papel da escola na formação do cidadão. A escola como direito. Organização e Funcionamento da Educação Básica na LDBEN 9394/96. Políticas Públicas para a Educação Básica. Profissionais da Educação.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 5, 6, e 9.
Bibliografia	FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2007. GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas . 8. ed. São Paulo: Ática, 2010. 319 p., il. (Série Educação). Inclui bibliografia. ISBN 9788508044368. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). Autonomia da escola: princípios e propostas . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004; [S.l.]: Instituto Paulo Freire. 166 p. (Guia da escola cidadã; v. 1). Inclui bibliografia. ISBN 8524906596.

6.3 MÓDULO III

Unidade Curricular	Tecnologia da Informação e Comunicação nas Escolas Módulo III 30 h
Ementa	As tecnologias e seu impacto na educação. Desenvolvimento de competências para assessoramento, orientação e apoio na elaboração de projetos de utilização da tecnologia, a partir do projeto político-pedagógico das escolas, bem como organização e planejamento das atividades de uso dos laboratórios envolvendo recursos humanos, financeiros, pedagógicos e lógicos.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	7, 5 e 6
Bibliografia	VIEIRA, Alexandre Thomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini; ALONSO, Myrtes (Org.). Gestão educacional e tecnologia . São Paulo: Avercamp, 2007. 164 p., il. ISBN 9788589311090. BARATO, Jarbas Novelino. Escritos sobre tecnologia educacional e educação profissional . São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002. 286 p., 21 cm. ISBN 8573592508.



Unidade Curricular	Pesquisa em Educação Módulo III 30 h
Ementa	A construção do olhar do pesquisador sobre o gestor educacional e sua relação com a teoria do conhecimento. Abordagens teórico-metodológicas das pesquisas pedagógicas. A observação e seu registro. Abordagens qualitativas de Pesquisa. Diferentes tipos de pesquisa. Discussão sobre a elaboração do projeto de pesquisa e do artigo.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 6 e 7
Bibliografia	FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento . 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. 159 p. (Coleção práxis). Inclui bibliografia. ISBN 8530803736. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 21.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 80p. (Coleção temas sociais). ISBN 85-326-1145-1. GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. Inclui bibliografia. ISBN 9788522451425.



Unidade Curricular	Avaliação Institucional
	Módulo III 30 h
Ementa	A avaliação como processo para a qualidade da organização. A gestão da avaliação. Métodos e técnicas de avaliação institucional. O Sistema de Avaliação: SAEB, ENEM e PROVÃO. Avaliação e os Parâmetros Curriculares
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	
Bibliografia	SANT'ANNA, Ilza Martins. Por que avaliar? Como avaliar?: critérios e instrumentos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. 136 p. ISBN 85-326-1426-4. TEIXEIRA, Josele; NUNES, Liliane. Avaliação inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010. 125 p. ISBN 9788578541040. AVALIAÇÕES da educação básica em debate: ensino e matrizes curriculares de referência das avaliações em larga escala. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 467 p., il. color. ISBN 9788578630294. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed. Brasília: INEP, 2009. 328 p. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Comissão Especial de Avaliação: Brasília, 2003.



Unidade Curricular	Criatividade no Ambiente Escolar Módulo III 30 h
Ementa	A criatividade como competência humana. A potencialização da criatividade. Criatividade para resolver problemas. Criatividade para implementar o novo. Criatividade individual. Criatividade em coletivos humanos.
Metodologia de avaliação	Avaliação individual escrita. Trabalho em grupo ou individual. Assiduidade e comportamento.
Competências	2, 4, 5, 6 e 7
Bibliografia	ALENCAR, Eunice Soriano de. A gerência da criatividade: abrindo as janelas para a criatividade pessoal e nas organizações. São Paulo: Makron Books, 1996. 124 p., il. ISBN 8534606110 (broch.). SHIRKY, Clay. A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado. Tradução de Celina Portocarrero. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 210 p. ISBN 9788537805183. ALENCAR, E. M. L. S. de; FLEITH, D. de S. Criatividade: múltiplas perspectivas. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. WECHSLER, S. M. Criatividade: descobrindo e encorajando. Campinas: Editorial Psy, 1993.

7 ASPECTOS OPERACIONAIS DO CURSO

7.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Sistema de Avaliação do Projeto do Curso de Especialização em Gestão Escolar segue o disposto na Lei no 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cuja norma legal tem por objetivo preservar e garantir a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação, inclusive dispositivos relativos ao desempenho acadêmico de seus alunos/docentes.

Entende-se que essa avaliação ocorrerá mediante instrumento a ser elaborado para esse fim e se desenvolverá com a participação de alunos e do coletivo de profissionais da educação, os quais darão sustentação à execução do projeto do curso, com vistas a levantar indicadores a partir dos quais se possa refletir sobre a necessidade de ajustar e desenvolver sob outra perspectiva de resultados que, caso exija, seja mais condizente com a realidade sociocultural e econômica a que o egresso está sujeito e em consonância com as políticas do Estado brasileiro.

Para tanto, entende-se que a equipe de profissionais da educação vinculada ao curso que dá sustentação à execução do seu projeto, em conjunto com a chefia do departamento de ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Caçador, constituem um grupo responsável por materializar essa intencionalidade, a qual deverá estar estruturada e planejada desde o início das suas atividades acadêmicas.

7.2 FORMAS DE ACESSO AO CURSO

O acesso ao Curso de Especialização em Gestão Escolar será realizado mediante inscrição em Processo Seletivo específico a ser gerido pelo Departamento de Ingresso, a partir da publicação de Edital público para esse fim, com vistas a selecionar candidatos a compor uma turma anual.

O edital estabelecerá e publicará os dispositivos necessários para selecionar os

inscritos, mediante ampla divulgação.

7.3 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Por se tratar de um curso de especialização em que o aluno precisa reunir conhecimentos e tecnologias, com vistas a planejar, organizar, liderar e controlar processos de gestão escolar, interpreta-se que não há possibilidade de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, no que tange a uma possível validação de conhecimentos e experiências, com vistas a dispensar ou mesmo ausentar o aluno de um possível compromisso acadêmico.

Avalia-se, contudo, como estratégico para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, que alunos socializem conhecimentos e experiências vividas no transcorrer da sua imersão em processos de ensino e de aprendizagem, em face de potencializar e oportunizar um maior adensamento relativo à discussão epistemológica individual e coletiva.

7.4 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação dos alunos, regularmente matriculados no Curso de Especialização em Gestão Escolar, dar-se-á de acordo com o prescrito no Regulamento Didático Pedagógico (RDP), com vistas a avaliar as competências apontadas neste projeto e desenvolvidas pelos mesmos, no transcorrer das atividades acadêmicas planejadas e desenvolvidas. Complementarmente deve-se utilizar a Resolução CEPE/IFSC Nº 105 de 18 de agosto de 2011 que Estabelece Diretrizes de Funcionamento dos Programas de Pós-Graduação e Cursos Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IF-SC).

A avaliação no processo de construção do conhecimento pretende ser um instrumento que possibilite a identificação do desenvolvimento de competências do estudante a partir dos objetivos de aprendizagem estabelecidos nas Unidades Curriculares, e que forneçam elementos para orientações necessárias, complementações, enriquecimento no processo dessa

construção.

O parâmetro para a avaliação terá como fundamento os objetivos que preconizam a oferta do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Gestão Escolar.

Por concepção, a avaliação propõe-se a ser uma reorientação do estudante no desenvolvimento da aprendizagem e aos professores, no replanejamento de suas atividades. É, pois processual como ferramenta construtiva que promove melhorias e inovações, com vistas ao aperfeiçoamento da aprendizagem dos estudantes. Isso significa dizer, enfim, que o processo de avaliação deve garantir aos estudantes meios que lhes permitam sanar dificuldades evidenciadas e realizar a aprendizagem em níveis crescentes de desenvolvimento.

Os instrumentos de avaliação serão utilizados de acordo com a natureza da Unidade Curricular e, de maneira geral, englobarão: trabalhos em equipe, portfólio, pesquisas, questionário dirigidos, projetos, chats, fóruns de discussão, estudo de caso, relatórios e por fim a prova presencial.

Em relação a avaliação nas unidades curriculares, serão promovidas em cada uma delas, 01 (uma) ou mais atividades avaliativas de cumprimento obrigatório. Nesse processo o professor poderá utilizar atividades complementares de apoio que contribuam para a conclusão das atividades avaliativas. Para aprovação na unidade curricular o aluno deve;

- Ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento);
- Obter, no mínimo, média final 6,0 (seis), considerando a média das atividades avaliativas;

Nas situações em que a média final obtida for menor que 6,0 (seis), o aluno terá direito à recuperação. Esta recuperação será individual, presencial e constituir-se-á de questões discursivas relacionadas às competências esperadas na unidade curricular. Nesta oportunidade de recuperação, o estudante deverá obter pelo menos nota 6,0 (seis). Terá direito a recuperação da média final das unidades curriculares apenas os estudantes que obterem, pelo menos, frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento)

- Já em relação ao curso, para ser considerado aprovado, o aluno deverá:
- Ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada componente curricular;
- Obter no mínimo média 6,0 (seis) em cada componentes curricular;
- Defender o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) e obter no mínimo nota 6,0

(seis).

Destaca-se que conforme estabelece o Art. 21 da Resolução CEPE/IFSC Nº 105 de 18 de agosto de 2011, “o discente que não obtiver conceito mínimo para aprovação em até 20% dos componentes curriculares do curso, mas com frequência e/ou participação mínima de 75% (setenta e cinco por cento), terá direito a realizar uma reavaliação final desses componentes curriculares”. Ainda, conforme o mesmo documento, o planejamento, a aplicação e a correção da reavaliação ficarão a critério do docente responsável pelo componente curricular com supervisão do Coordenador do Curso. Essa reavaliação deverá ser realizada no prazo de trinta dias após a conclusão do componente curricular em questão.

Por fim, considera-se oportuno, ainda, esclarecer que a avaliação dos alunos será de forma contínua, na premissa de verificar-se o desempenho destes em relação às atividades acadêmicas, considerando conhecimentos apreendidos e utilizados, habilidades desenvolvidas e atitudes evidenciadas, no que se refere a sua imersão e interação com o corpo de professores do curso, os quais, em conjunto, emitirão um parecer avaliativo e global sobre cada um.

7.5 TRABALHO DE CURSO

A Resolução nº 105/2011 do Colegiado de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) estabelece, do ponto de vista da terminologia, uma relação entre o termo Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com a definição de um termo semelhante, denominado por Trabalho de Curso (TC). Há de considerar-se, com relação ao respectivo projeto que está dirigido a pessoas da sociedade que já atuam como profissionais da educação profissional e tecnológica, que o termo TCC está consolidado junto ao mundo acadêmico e produtivo. Nesse sentido, na premissa de manter o vigente, inclusive presente nas normas legais do governo federal, adotar-se-á, neste texto, o termo TCC.

Dito isto, considera-se que o TCC é um espaço acadêmico-temporal destinado a que o aluno disponha da oportunidade de explicitar a sua capacidade de conceber e realizar um projeto acadêmico, a partir do qual uma banca de profissionais da educação, vinculados ao Câmpus Caçador/IFSC, possam avaliar se este detém a capacidade de integrar competências desenvolvidas durante as atividades de ensino e de aprendizagem trabalhadas nos Módulos:

Módulo 1: Gestão de Recursos no Ambiente Escolar; Módulo 2: Gestão Pedagógica: planejamento e prática; Módulo 3: Tecnologia e Pesquisa na área Educacional.

Na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), caracterizado nessa proposta como um projeto de intervenção, o aluno deverá desenvolver uma monografia, visando a articulação entre o aprendizado teórico e os resultados obtidos por meio do projeto de intervenção. Na área educacional, essa modalidade de pesquisa é muito profícua, visto que proporciona um entrelaçamento constante entre teoria-prática, pois sabemos que os sujeitos ao analisarem suas próprias práticas, de forma crítica, são capazes de ressignificá-las. Desse modo, o Projeto-Intervenção tem como mote a atuação em alguma problemática considerada relevante na e para a escola. Sendo assim, o objeto do TCC deve ser uma escola, onde o aluno deverá, utilizando as competências desenvolvidas ao longo do curso, propor um Plano de Gestão Escolar.

A monografia será orientada por um dos professores integrantes do curso. Para esse fim, será contabilizado um total de 60 horas, para que esses possam realizar o seu projeto. Nesse projeto acadêmico, a pesquisa é vista como princípio educativo perpassando os três eixos, aprofundando as temáticas sobre concepções de educação profissional, a relação do trabalho docente com ciência e tecnologia e, por último, o planejamento das atividades de ensino e de aprendizagem.

Encerrada a etapa das 360 horas, um período de nove meses, o aluno terá um prazo de três meses para concluir a execução do projeto, elaborar o trabalho escrito e submeter os seus resultados a uma banca a ser constituída por três profissionais da educação, preferencialmente do IFSC, com vistas à obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica, perfazendo um total de 18 meses de duração do curso.

7.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não se aplica.

7.7 DESLIGAMENTO DO CURSO

O cancelamento de matrícula é a perda do vínculo do aluno com o curso, que poderá ocorrer tanto por iniciativa do aluno quanto da instituição.

O cancelamento de matrícula por iniciativa do aluno será realizado a qualquer tempo, mediante requerimento protocolado à Coordenadoria de Registro Acadêmico.

- o aluno anexará os documentos previstos no formulário.
- a apreciação do cancelamento será realizada pela Coordenadoria de Curso, que, caso julgue necessário, poderá solicitar parecer da Coordenadoria Pedagógica.

O cancelamento de matrícula de aluno por iniciativa do IFSC poderá ocorrer:

- por substituição de outro candidato aprovado quando, nos primeiros 15 (quinze) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso deixar de comparecer às aulas sem justificativa por um período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga.
- por abandono, a qualquer tempo, quando o aluno deixar de comparecer 15 (quinze) dias letivos consecutivos sem justificativa, desde que excluídas as possibilidades do inciso anterior.
- por desistência, quando o aluno não fizer sua rematrícula, conforme as especificações deste documento, ou não apresentar o TCC, conforme o prazo estipulado neste documento.
- por expiração do período máximo de integralização do curso;
- por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;
- por transgressão disciplinar grave ou infrações reincidentes aos dispositivos desse documento e do código de ética do aluno;
- por falecimento do aluno.

Compete ao Núcleo Pedagógico, em parceria com a Coordenação de Curso ou Área, acompanhar a frequência e informar à Coordenação de Registro Acadêmico as matrículas que devem ser canceladas.

O cancelamento por transgressão disciplinar será avaliado e deliberado por uma comissão composta por Direção ou Chefia de Ensino, Coordenadoria de Curso e

Coordenadoria Pedagógica.

O aluno que não concluir o curso até o período de integralização previsto nesse PPC, incluindo o TCC, terá sua matrícula cancelada, por expiração do prazo máximo de integralização.

7.8 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Avalia-se que a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, está posta como uma política do Estado brasileiro para as instituições educacionais que trabalham a educação em seus vários níveis e modalidades. No mundo acadêmico, é vista como uma construção a ser viabilizada a partir da integração dessas três dimensões, segundo uma perspectiva/princípio de indissociabilidade.

É perceptível que essa construção, a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, tem um papel significativo para a instituição educacional e segmentos da sociedade, em face de que a mesma possibilita chancelar, na sociedade, o seu projeto acadêmico. Dessa forma a instituição educacional disporá de um referencial teórico e político para orientar sua prática social.

Este projeto, na forma de oferta de Curso de Especialização em Gestão Escolar, está posto na construção de uma relação entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com a realidade das instituições de ensino.

O projeto, por conseguinte, deve ser instituído articulado a uma determinada realidade. Faz-se necessário integrar as atividades de pesquisa e extensão, na premissa de se apreender uma determinada realidade a qual o projeto repercute e, a partir de seus resultados, realimentar o processo, como um todo, objetivando-se construir uma organicidade entre ensino-pesquisa-extensão.

7.9 METODOLOGIA

O perfil profissional proposto neste projeto de curso sinaliza para a necessidade de

uma prática pedagógica que supere o individualismo e seja pensada e planejada coletivamente. Para isso, precisa-se ir além de uma concepção meramente disciplinar ou multidisciplinar, e sinalizar a necessidade da construção de projetos interdisciplinares.

O trabalho pedagógico dos professores que ministrarão os módulos contribuirá para que os alunos do curso possam construir seu Projeto de Intervenção desde o início. Nesse sentido, procurarão selecionar recortes de conhecimentos que sejam significativos e converjam para esse fim. Entende-se que esses recortes de conhecimentos a serem elaborados pelo coletivo de professores responsáveis pelo curso devem retroagir na historicidade da materialização da dualidade da educação profissional brasileira, integrando as diversas categorias para que se possa trazer para o ambiente de sala de aula uma discussão que evidencie um movimento de construção histórico, de forma a se compreender a sua gênese.

Essa ação docente possibilitará aos alunos do curso refletirem sobre a sua prática profissional no exercício da gestão educacional, e delinear as linhas iniciais de um TCC, que será precisado e reelaborado no transcorrer das atividades desenvolvidas ao longo do curso, num movimento contínuo de reflexão sobre a sua própria prática pedagógica. Vislumbra-se que esse trabalho seja construído no transcorrer da discussão epistemológica, em face de propiciar a elaboração de reflexões mais precisas, a construção de uma junção entre conhecimento e prática, e a diluição de uma orientação mais plural sobre o seu desenvolvimento.

Avalia-se que essa visão sobre processo descrito explicita as linhas da concepção metodológica a ser empregada pelos professores no transcorrer do curso, bem como define a sua prática pedagógica. No que se refere à interdisciplinaridade, considera-se apropriado argumentar que essa não se consuma como um fazer educacional, porque não é metodologia, ou mesmo uma prática docente, mas sim um contexto decorrente de uma prática docente suportada numa determinada metodologia que nega a fragmentação do conhecimento, busca a construção de uma contextualização abrangente e possibilita aos alunos elaborar conexões e construir linhas de raciocínio que superem uma discussão conceitual do conhecimento pelo conhecimento.

Como pode ser observado, nessa primeira parte se desenvolveu argumentação a partir do perfil do egresso e da organização curricular do curso, de forma a explicitar como se constitui a prática pedagógica a ser desenvolvida no curso, levando-se em conta as categorias

de conhecimento apontadas e necessárias a um exercício da profissão docência pelo egresso. Considera-se, todavia, necessário refletir sobre o contexto educacional ao qual o egresso do curso surge e está geralmente submetido, de forma a planejar linhas gerais e necessárias para a definição dessa prática pedagógica, para além de uma atividade programada e dirigida.

A educação profissional está frequentemente pressionado pelos avanços científicos e tecnológicos, pela necessidade incessante de inovação tecnológica, que exigem do educador maior capacidade de inserir seus alunos num meio que os possibilite desenvolver sua capacidade de reflexão crítica. Dessa forma, as tecnologias educacionais se caracterizam como recursos estratégicos e indispensáveis para a configuração da prática pedagógica, em face de propiciarem visibilidade e materialidade à discussão conceitual, tornando visível o que está subjacente no e ao processo, cuja ausência proporcionaria uma maior cegueira na amplitude de abstração referida ao conhecimento.

O desenvolvimento pedagógico metodológico do curso se dará por meio de trabalho interdisciplinar envolvendo todos os docentes de modo a facilitar melhor compreensão do contexto sócio econômico e científico. Essa articulação da equipe de professores se dará tanto no planejamento bem como na execução do trabalho pedagógico propiciando ambiente acadêmico mais plural, dialógico no qual os educandos possam compartilhar seus conhecimentos tácitos.

Avalia-se que uma prática educacional formalizada a partir da articulação docente voltada à construção de um projeto, o TCC que reúne condições a que se institua um diálogo mais efetivo no desenvolvimento do ato educativo, na premissa de efetivar uma prática interdisciplinar, em um ambiente de trabalho colaborativo. Além disto, insere os alunos numa situação que lhes possibilita compreender a sua identidade e a natureza do seu trabalho colocando-os, assim, em uma situação voltada a construir uma postura profissional de gestor-pesquisador.

7.10 ATENDIMENTO AO DISCENTE

Os alunos regularmente matriculados no Curso de Especialização em Gestão Escolar disporão de um atendimento extraclasse, em horário a ser previamente acordado entre

professores do curso de especialização e os seus alunos, com a “finalidade de garantir o aproveitamento dos alunos com dificuldades”.

É oportuno destacar que esses horários de atendimento aos alunos do Curso de Especialização, a serem futuramente definidos e acordados entre os mesmos, ocorrerão nas dependências físicas do curso, ou seja, do câmpus Caçador, sob a supervisão dos docentes.

7.11 PROCESSOS ACADÊMICOS

O Regulamento Didático Pedagógico (RDP), aprovado pela Resolução CEPE 41/2014, rege as seguintes processos acadêmicos, entre outras:

- a) ingresso;
- b) matrícula inicial;
- c) rematrícula;
- d) matrícula em componente curricular isolado;
- e) matrícula especial em componente curricular;
- f) trancamento de matrícula;
- g) cancelamento de matrícula;
- h) cancelamento de matrícula em componente curricular;
- i) transferência interna e externa;
- j) retorno de egresso;
- k) reingresso;
- l) adaptações curriculares;
- m) validação de componentes curriculares;
- n) estágio;
- o) exercício domiciliar;
- p) estudo diferenciado;
- q) avaliação do processo ensino e de aprendizagem;
- r) recursos sobre avaliação da aprendizagem;
- s) expedição de certificados, diplomas e emissão de histórico escolar;
- t) mobilidade;

- u) dispensa das aulas de educação física.

7.12 INCENTIVO À PESQUISA E EXTENSÃO

As atividades do Curso de Especialização em Gestão Escolar, com base na importância da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, serão integradas com base em quatro agentes importantes, a saber:

- a) **Grupos de Pesquisa.** Estes grupos deverão estar regularmente registrados no IFSC e no Diretório de Grupos de pesquisa do CNPQ;
- b) **Empresa Júnior.** A ser implantada e gerida pelos alunos dos cursos do câmpus Caçador. Para todo projeto desenvolvido pela Empresa Jr. deverá haver pelo menos um docente do Câmpus com a função de acompanhar o projeto para fins didáticos;
- c) **Semana Acadêmica.** A ser desenvolvida pelo Câmpus com a participação de docentes e alunos. Com periodicidade a ser definida pela Direção do Câmpus. A semana deverá envolver atividades de ensino, pesquisa e extensão com a apresentação de produtos e serviços produzidos pelo curso bem como a organização de seminários, palestras e debates científicos e tecnológicos com a produção de artigos, relatórios técnicos e/ou TCCs. O evento deverá ser organizado de tal forma que promova a popularização dos cursos notadamente no que se refere à divulgação do perfil dos egressos a serem formados nos cursos do Câmpus.
- d) **Semana do Empreendedorismo.** Já realizada anualmente pelo Câmpus, possui o intuito de fomentar o empreendedorismo e a inovação, tendo a participação de diversas instituições públicas e privadas da região. A organização do evento conta com a participação dos alunos em diversas atividades. Ainda, eles têm a possibilidade de interagir com diversas empresas da região e aplicar as competências adquiridas em sala de aula em diversas atividades, como a Feira de Empreendedorismo.

8 ESTRUTURA ACADÊMICA

8.1 COORDENADOR DO CURSO

A ser designado pela Direção Geral do Câmpus Caçador e com atribuições conforme o Regimento Interno do Câmpus Caçador.

De acordo com a Res 105/2011, Art.11. “A Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu será exercida por um servidor, com titulação mínima de especialista, pertencente ao quadro permanente da Instituição, nomeado pelo Diretor do Campus ao qual o curso está vinculado.” Nesse sentido, a coordenação do curso será realizada pelo docente abaixo indicado.

Nome	Formação	Regime de trabalho	Titulação
Danielle Regina Ullrich	Administração	40 DE	Doutora

De acordo com o Regimento Interno do Câmpus Caçador, a Coordenação do Curso de Especialização Em Gestão Escolar está vinculada ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão. À Coordenação do Curso compete:

- encaminhar a proposta de PPC ao Colegiado do Campus ao qual o curso está vinculado;
- coordenar o processo de elaboração do PPC;
- coordenar o processo de seleção do corpo docente do curso;
- para os cursos na modalidade a distância, encaminhar ao Colegiado do Campus, no prazo máximo de 15 dias após o início das atividades do curso, a relação de docentes responsáveis para cada componente curricular;
- informar ao Colegiado do Campus os casos de substituição de docentes;
- elaborar o Edital de Ingresso no Curso, em conjunto com o Departamento de Ingresso e com a Coordenadoria de Pós-Graduação, constando: os prazos de inscrição; data de início da seleção, o número de vagas ofertadas e requisitos



para ingresso, respeitando as disponibilidades de professores, orientadores e infraestrutura acadêmica relacionadas ao curso;

- coordenar o processo de seleção dos candidatos a discentes do curso;
- avaliar e emitir parecer sobre os processos de aproveitamento de estudos e reingresso;
- encaminhar à Coordenadoria de Pós-Graduação, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o início das atividades do curso, a relação de discentes matriculados e a data de início e previsão de término do mesmo, explicitando o período referente à oferta de disciplinas e à orientação;
- preparar, com auxílio do corpo docente, o calendário das atividades do curso previstas no PPC;
- articular com a Direção do Campus a responsabilidade dos serviços de secretaria do curso;
- organizar, orientar, acompanhar e coordenar as atividades do curso, zelando pelo cumprimento do calendário estabelecido;
- receber, dos docentes e dos discentes envolvidos, os diários de classe, os Trabalhos de Curso - TC e toda a documentação de interesse do Curso;
- manter atualizado o cadastro do corpo docente e discente do curso;
- fornecer informações referentes ao curso sempre que solicitadas pela Coordenadoria de Pós-Graduação, nos prazos e demais condições estabelecidas;
- propor aos Departamentos envolvidos medidas julgadas úteis ao funcionamento do curso;
- propor ao Colegiado do Campus ao qual o curso está vinculado a reestruturação ou a extinção do curso para ser encaminhada ao Conselho Superior do IF-SC conforme trâmite de aprovação do curso;
- promover avaliação para cada edição do curso, com a participação dos docentes e dos discentes, antes do término do último componente curricular, inclusive;
- na apresentação dos Trabalhos de Curso – TC, realizar uma avaliação sobre o

processo de elaboração do TC, em formulário próprio.

8.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) regulamenta o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como uma exigência para os cursos de graduação, em face do significativo papel administrativo que os Colegiados de Curso, geralmente, exercem. Nesse sentido, essa Comissão, mediante o Parecer CONAES no 4, de 17 de junho de 2010, sobre o NDE, entende que o mesmo “deve ser considerado não como uma exigência ou requisito legal, mas como elemento diferenciador da qualidade do curso no que diz respeito à intersecção entre as dimensões do corpo docente e o Projeto Pedagógico do Curso”.

O Curso de Especialização em Gestão Escolar não terá propriamente dito um NDE, por conseguinte, disporá de um corpo de professores que, de acordo com os incisos do artigo 2o, da Resolução no 1, de 17 de junho de 2010, do CONAES que normatiza o NDE e dá outras providências, desencadeará ações com vistas a: a) consolidar e desenvolver o perfil profissional do egresso do curso; b) promover uma integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino; e c) buscar incentivo a realização de atividades de pesquisa.

A seguir, são apresentados os professores que comporão o NDE.

Nome	Formação	Regime de trabalho	Titulação
Luana de Gusmão Silveira	Letras- Português	40 DE	Mestre
Marisa Santos Sanson	Administração	40 DE	Mestre
Pierry Teza	Administração	40 DE	Mestre

8.3 GRUPOS DE PESQUISA

Atualmente o Câmpus conta com dois grupos de pesquisa certificados pela instituição. Um grupo nos quais os integrantes são docentes dos cursos de administração e informática e

outro onde os docentes são da área de polímeros, conforme quadro a seguir.

Nome	Regime de trabalho
GEPEI Grupo de Estudos e Pesquisas em Empreendedorismo e Inovação	- Inovação e empreendedorismo; - Desenvolvimento regional.
POLINEXT Grupo de Pesquisa em Polímeros Injetados e Extrudados	- Otimização do processamento de injeção de termoplásticos; - Extrusão de blendas e compósitos poliméricos; - Manufatura aditiva e prototipagem rápida; - Caracterização física, mecânica e térmica de materiais.

Em termos de produção acadêmica, nos últimos 5 anos, os professores do Câmpus Caçador publicaram 62 artigos completos em eventos nacionais e internacionais, 28 artigos completos em periódicos ou eventos internacionais, 11 capítulos de livro e 3 programas de computador sem registro.

8.4 SERVIDORES DOCENTES

O corpo docente do Câmpus Caçador conta atualmente com 08 professores efetivos, todos com Dedicação Exclusiva (DE), todos com formação correlata ao curso em questão, conforme a seguir.

Nome	Formação	Regime de trabalho	Titulação
Danielle Regina Ullrich	Administração	40 DE	Doutor
Luana de Gusmão Silveira	Letras- Português	40 DE	Mestre
Marisa Santos Sanson	Administração	40 DE	Mestre
Pierry Teza	Administração	40 DE	Mestre
Thiago Waltrik	Ciência da Computação	40 DE	Mestre

A seguir apresenta-se a seguir, uma projeção anual do número de docentes por área de acordo com o POCV, integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC para o período de 2015 a 2019.

Áreas	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Em regime
Gestão	3	3	3	4	6	6	6
Informática	2	4	4	6	8	8	8
Português	1	1	1	2	2	2	2
Inglês	1	1	1	1	1	1	1

8.5 SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Apresentam-se a seguir os servidores técnico-administrativos que atuarão no curso.

Nome	Cargo/nível	Regime de Trabalho	Formação	Titulação
Arlete Inês Lemos	Técnica administrativo / Médio	40 horas	Marketing e Propaganda	Especialização
Jefferson Dutra Liczkoski	Técnica administrativo / Médio	40 horas	Gestão Pública	Tecnólogo
Luciane da Costa Campolin	TAE – Tec. em Assuntos Educacionais / Superior	40 horas	Letras	Especialização
Ozéias Carlim do Prado	Laboratorista / Superior	40 horas	Eng. Controle e Automação Industrial	Bacharel
Sandra Elisa Miosso	Assistente de alunos	40 horas	Administração	Especialização
Viviane Bittar	Assistente de alunos	40 horas	Eng. Agrônoma	Especialização

9 INFRAESTRUTURA

9.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS

A infraestrutura de laboratórios para o Curso de Especialização em Gestão Escolar tem o suporte dos laboratórios utilizados para os cursos técnicos em Plásticos, Informática, Administração e Engenharia de Produção. Esta infraestrutura faz com que se torne viável o funcionamento do curso. O quadro a seguir apresenta estes laboratórios e sua infraestrutura resumida.

Designação	Recursos disponíveis			
	Acesso a internet		Projetor multimídia fixo	Climatização
	Sem fio	Cabo		
Laboratório de Informática 1	sim	sim	sim	sim
Laboratório de Informática 2	sim	sim	sim	sim
Laboratório de Informática 3	sim	sim	sim	sim
Laboratório de Informática 4	sim	sim	sim	sim
Laboratório de Informática 5	sim	sim	sim	sim
Laboratório de Informática 6	sim	sim	sim	sim

9.2 INSTALAÇÕES GERAIS

O Câmpus Caçador dispõe de salas de aula climatizadas, sala adaptada como auditório, biblioteca, além de outras instalações. Possui acesso a Internet por meio de fibras ópticas a partir de ponto de presença da RNP localizado na própria instituição. O Departamento Os laboratórios descritos na tabela 7 não estão divididos em departamentos

específicos, sendo todos alocados no Departamento de Ensino do Câmpus. O Câmpus dispõe também de ambientes dedicados a estudos e pesquisa para os professores e ambientes dedicados às atividades de iniciação científica de bolsistas vinculados a projetos de pesquisa.

9.3 SALA DE PROFESSORES E SALA DE REUNIÕES

O Câmpus possui duas salas de professores com espaço destinado a reuniões. Ainda, tem disponível local para convivência entre professores e servidores.

9.4 GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES

Os professores contam com duas Salas de Meios, com mesas de trabalho, cada uma com acesso à Internet e a impressoras. As salas possuem armários e uma mesa de reuniões. Estas salas são compartilhadas pelos professores. Os docentes ocupantes de cargos de gestão terão disponíveis mesas individuais de trabalho de acordo com a disponibilidade. Estas dispõem de computador, acesso a internet.

9.5 SALAS DE AULA

O Câmpus conta atualmente com 12 salas de aula climatizadas, equipadas com quadro branco e projetor multimídia. Computadores com acesso à internet estão localizados na mesa do professor. Para as unidades curriculares dos núcleos profissionalizante e específico, as aulas práticas podem ser ministradas diretamente nos laboratórios de informática, CAD e/ou modelagem os quais estão todos equipados com computadores com acesso a Internet (para professores e alunos), além de projetores multimídia instalados no teto.

Os laboratórios destinados às aulas práticas com equipamentos em escala industrial, semi-industriais ou laboratoriais voltados às disciplinas de processamento e transformação de metais e polímeros, hidráulica e pneumática estão dispostos em ambiente com pé direito de

cerca de 7 metros, tubulações de água, ar comprimido e painéis elétricos adequados ao uso dos equipamentos.

9.6 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Os alunos do Câmpus Caçador possuem diferentes formas de acesso a equipamentos de informática visando a realização de atividades escolares extraclasse, buscas bibliográficas e trabalhos em grupo. São 8 computadores instalados em áreas de acesso coletivo no Câmpus e 8 computadores na biblioteca do Câmpus, todos com acesso ilimitado a internet.

9.7 BIBLIOTECA

A Biblioteca do Câmpus Caçador tem por finalidade reunir, organizar e disseminar informações para oferecer suporte a alunos e servidores docentes e técnico-administrativos na realização de suas atividades acadêmicas, proporcionando-lhes mecanismos que visem estimular o uso de seu acervo e incentivar a leitura, criando, em seu ambiente, oportunidades para a concretização da missão institucional.

O acervo é especializado de acordo com os cursos oferecidos em suas diferentes áreas. A biblioteca dispõe de condições físicas para o estudo local e acesso à internet em ambiente climatizado. Os principais serviços oferecidos são: consulta local e online ao acervo; empréstimo domiciliar; reserva de material; renovação de empréstimo local; levantamento bibliográfico; orientação na normalização de trabalhos acadêmicos; serviço de referência e visitas orientadas. A biblioteca está informatizada com sistema Sophia Biblioteca, permitindo a consulta direta do acervo pela Internet.

9.8 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Outras instalações, sejam administrativas ou de apoio aos docentes e aos discentes, encontram-se como descrita no quadro a seguir.

Designação	Recursos disponíveis			
	Acesso internet		Projektor multimídia fixo	Climatização
	Sem fio	Cabo		
Secretaria acadêmica	Sim	Sim	Não	Sim
Registros acadêmicos	Sim	Sim	Não	Sim
Sala dos professores 1	Sim	Sim	Não	Sim
Sala dos professores 2	Sim	Sim	Não	Sim
Sala da coordenação de curso	Sim	Sim	Não	Sim

9.9 ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

O Câmpus Caçador está equipado para prover acesso para portadores de deficiência física, incluindo em suas instalações rampas de acesso e elevadores para cadeirantes, os quais possibilitam acesso aos blocos e pavimentos do Câmpus. Ainda, existem vagas reservadas para portadores de deficiência no estacionamento e banheiros adequados às suas necessidades. Havendo a necessidade serão avaliadas e implementadas ações que visem atender as necessidades imediatas de pessoas com necessidades específicas através do coordenador do curso em conjunto com a chefia de ensino e o NAPNE (Núcleo de Apoio a Portadores de Necessidades Espaciais) do Câmpus.

10 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Social. **Atlas das mesorregiões: grande fronteira do Mercosul**. Disponível em: <<http://200.198.213.88/spr/mesorregiao.php?id=Mercosul>>. Acesso em: 25 jun. 2014

BRASIL. **Portaria Ministerial no 4.059/2004, do Ministério da Educação, que autoriza as Instituições de Ensino Superior (IES)**. Disponível em: <Portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em:

BRASIL. **Lei Nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 20/04/2014

SILVA, C. J. R. et al. (orgs). **Institutos Federais**. LEI 11.892, de 29/12/2008. Comentários e reflexões. Brasília, Editora IFRN, 2009.

CAÇADOR. Prefeitura Municipal. **História de Caçador**. Disponível em: <<http://www.cacador.sc.gov.br/portalthome/index.php/lista-de-e-mails/96>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

GOOGLE EARTH. **[Santa Catarina]**. Disponível em: <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico Caçador**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=420300&search=santa-catarina|cacador|infograficos:-historico>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 2003.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do Abastecimento. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Desenvolvimento territorial: proposta de trabalho**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=143>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **A instituição.** Disponível em:
<http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=822>
. Acesso em: 25 jun. 2014.

Bloom, B. (1994). Reflections on the Development and Use of the Taxonomy. In Anderson, L. Sosniak, L (Eds.) Bloom's Taxonomy: A Forty-Year Retrospective . Chicago: The National Society for the Study of Education, pp.1-8

BRASIL, Decreto n. 2208, de 17 DE ABRIL DE 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - objetivos da educação profissional. Publicada no DOU em D.O.U. de 18.4.1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

BRASIL, Lei n. 5194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Publicada no DOU em 27.12.1946 e retificado no DOU em 4 de janeiro de 1967. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

BRASIL, Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no DOU em 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

BRASIL, Lei n. 10861, de 14 de abril de 2004 Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências Publicada no DOU em 15 de abril de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

BRASIL, Lei n. 11892, de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Publicada no DOU em 30 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.leidireto.com.br/lei-11892.html>. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

CBIC. Construção Civil Análise e Perspectivas – Banco de Dados. Brasília. dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/files/textos/063.pdf>. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

CEFETSC. Resolução CD 13/2008. 2008. Disponível em:
<http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/Conselho%20Diretor/Resolucao_013_Atividaes_de_Ensino_Pesquisa_Extensao.pdf> Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

CEFETSC. Resolução CD 24/2008. 2008. Disponível em:
<<http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/Conselho%20Diretor/Resolucao%20024%20-%20Afastamento.pdf>> Acesso em: Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

CONFEA- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. RESOLUÇÃO Nº 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973. Publicada no D.O.U. de 31 de julho de 1973. Disponível em:

www.fca.unesp.br/graduacao/agronomia/arquivos/0218-73.pdf. Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

CONFEA- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. RESOLUÇÃO Nº 1010, DE 29 DE JUNHO DE 1973. Publicada no D.O.U. de 31 de julho de 2005. Disponível em: www.fca.unesp.br/graduacao/agronomia/arquivos/0218-73.pdf. Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

CONFEA- Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. RESOLUÇÃO Nº 427, DE 5 DE MARÇO DE 1999. Publicada no D.O.U. de 07 MAIO 1999 - Seção I – Pág. 179. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/downloads/0427-99.pdf>. Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO CNE/CES 11, DE 11 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES112002.pdf>. Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria. Pesquisa Anual da Indústria da Construção. Rio de Janeiro, v. 18, p.1-94, 2008. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/files/pesquisa/2009/paic2009.pdf>. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Indústria. Pesquisa Anual da Indústria da Construção. Rio de Janeiro, v. 19, p.1-98, 2009. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/files/pesquisa/2009/paic2009.pdf>. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

IFSC. Caderno de Indicadores – 2010. Florianópolis: 2011. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Indicadores%20IF-SC/RESUMO%20INDICADORES%20IF-SC%20MAIO%202010.pdf>. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

IF-SC/CEPE. Deliberação 04/2010. 2010. Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/images/stories/file/Docs/CEPE/cepe_deliberacao_004-2010.pdf> Acesso em: 8 de dezembro de 2011

IF-SC/CEPE. Deliberação 44/2010. 2010. Disponível em: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/deliberacoes_cepe2010/CEPE_deliberacao_044_2010.pdf> Acesso em: 8 de dezembro de 2011

IFSC. Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos: monografia, tcc e dissertação – Câmpus Florianópolis. Florianópolis, março de 2011. Disponível em: http://florianopolis.ifsc.edu.br/images/stories/Manual_para_elaborao_de_trabalhos_acadmicos_-_IF-SC.pdf. Acessado em 8 de dezembro de 2011.

IFSC. Organização Didático-Pedagógica – Câmpus Florianópolis. Aprovada pela Resolução nº 035/2008/CD de 04 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://florianopolis.ifsc.edu.br/documentos/odp-cf-2008-res-035-cd.pdf> , Acessado em 8 de dezembro de 2011.

IFSC. Resolução nº 39/2011/C S, Regimento Interno – Câmpus Florianópolis, aprovado pelo Conselho Superior em 14/09/2011,em: http://florianopolis.ifsc.edu.br/images/stories/Regimento_Interno_Campus_Florianopolis.pdf . Acessado em 8 de dezembro de 2011.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Santa Catarina em Dados / Unidade de Política Econômica e Industrial. –Florianópolis: FIESC, 2008.

MEC. Construção dos Referenciais Nacionais para os Cursos de Graduação – Bacharelados e Licenciaturas, Engenharias: Convergência de Denominação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/convergencia_denominacao.pdf > Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Disponível em:<<http://emec.mec.gov.br/emec/nova#avancada>> Acessado em: 8 de dezembro de 2011 .

MEC. Princípios Norteadores das Engenharias dos IFs. 2009. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015039.pdf>> Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

MEC. Referências Nacionais para os Cursos de Engenharia. 2009. Disponível em:<portal.mec.gov.br/dmdocuments/referenciais.pdf> Acessado em: 8 de dezembro de 2011.Poder Executivo. DECRETO Nº 6.095, DE 24 DE ABRIL DE 2007. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materias/xml/do/secao1/2664279.xml>. Acessado em: 8 de dezembro de 2011.

SILVA FILHO, ROBERTO LEAL LOBO. A engenharia ainda precisa de oxigênio. Folha de São Paulo. São Paulo; 14/12/2009. Disponível em: <http://avaranda.blogspot.com/2011/06/roberto-leal-lobo-e-silva-filho.html>. Acessado em 8 de dezembro de 2011



ANEXO I - MODELO DO DIPLOMA: ANVERSO

*A Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a conclusão, em dd de mmmm de aaaa, do **Curso de Especialização em Educação Gestão Escolar**, Lato Sensu, Área Educação, confere o título de Especialista a*

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

*De nacionalidade brasileira, natural do Estado de xxxxxx, nascido(a) em xx de xxxx de xxxx, RG xxxxxxxxxxxx (xxx-xx), CPF xxx.xxx.xxx-xx, e outorga-lhe o presente **Certificado**, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.*

xxxxxxxxxxxxxxxxxx, dd de mmmm de 20XX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Chefia de Ensino
Portaria nº 172, de 03/03/20xx
Publicada no DOU em 05/03/20xx

Titular

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Diretor(a) Geral do Câmpus xxxxxxxx
Portaria nº 399, de 08/04/20xx
Publicada no DOU em 11/04/20xx



ANEXO II - MODELO DE DIPLOMA: VERSO

Curso de Especialização em Gestão Escolar – Lato Sensu
Aprovado pela Resolução nº NNN/AAAA do Conselho Diretor do IFSC
Período do Curso: AAAA – AAAA
Total de Horas: 360h
Título da Monografia: [Nome da Monografia].

Componente Curricular	Professor	Titulação	Carga Horária	Conceito
Planejamento em Organizações de Ensino	<i>Pierry Teza</i>	Mestrado	30h	E
Gestão Financeira e Patrimonial Escolar	<i>Marisa Santos Sanson</i>	Mestrado	30h	P
Gestão de Serviços Educacionais	<i>Pierry Teza</i>	Mestrado	30h	E
Relações Interpessoais e Liderança	<i>Danielle Regina Ulrich</i>	Doutorado	30h	E
Gestão do Projeto Pedagógico	<i>Parceria</i>		30h	S
Tópicos Avançados em Gestão Educacional	<i>Pierry Teza</i>	Mestrado	30h	S
Legislação Educacional e Políticas Públicas	<i>Parceria</i>		30h	E
Função Social da Escola	<i>Parceria</i>		30h	P
Tecnologia da Informação e Comunicação na Escola	<i>Thiago Waltrik</i>	Mestrado	30h	E
Avaliação Institucional	<i>Pierry Teza</i>	Mestrado	30h	S
Criatividade no Ambiente Escolar	<i>Danielle Regina Ulrich</i>	Doutorado	30h	E
Pesquisa em Educação	<i>Luana de Gusmão Silveira</i>	Mestrado	30h	E

Conceitos de Aprovação: E (Excelente), P (Proficiente), S (Suficiente), A, B, C
Conceito de Reprovação: I (Insuficiente), D

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Pró-Reitoria de Ensino
Coordenadoria de Registros Acadêmicos

Certificado com validade em todo o território nacional, emitido nos termos da Lei 9394, de 20/12/1996; da Resolução CNE/CES nº N, de dd/mm/aaaa; da Resolução CNE/CES nº N, de dd/mm/aaaa; e da Lei nº NNNNN, de dd/mm/aaaa.

DADOS DO REGISTRO
Processo administrativo: PGAR.008.1013080060/112
Registro nº NNN, Livro PGAR01, Folha N
Data do registro: dd/mm/aaaa

XXXXXXXXXX
Coordenador de Registros Acadêmicos
Portaria nº NNN, de dd/mm/aaaa
Publicada no DOU em dd/mm/aaaa
Matrícula Siape: NNNNN